

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**A ADOÇÃO, PELA PRIMEIRA VEZ, DO SNCRF - CONSTRANGIMENTOS
ENCONTRADOS NA ADOÇÃO NA ÓPTICA FINANCEIRA-**

Aluno:

FRETSON JOSÉ DELGADO LOPES N.º 06.489

Mindelo, Junho de 2011

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**A ADOÇÃO, PELA PRIMEIRA VEZ, DO SNCRF -CONSTRANGIMENTOS
ENCONTRADOS NA ADOÇÃO NA ÓPTICA FINANCEIRA-**

Aluno: Fretson José Delgado Lopes N.º 06.489

Orientador: Dr. Adelino Vital Fonseca

“O Futuro não pode ser previsto, mas pode ser inventado. É a nossa habilidade de inventar o futuro que nos dá a esperança para fazer de nós o que somos”. Dennis Gabor

“Qualidade é fazer o que está certo quando ninguém está a olhar.” Henry Ford

DEDICATÓRIA

Aos meus país e irmãos, pela ajuda incondicional. À minha namorada Leida Évora, como prova do meu amor.

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer aos meus professores, pela paciência destes 17 anos de aprendizagem.

Agradecer ao ISCEE, pela oportunidade oferecida, que aclamo muito.

Agradecer a Escola Técnica João Varela, pela oportunidade oferecida e que me permitiu definir os meus objectivos.

Queria agradecer especificamente:

Ao meu orientador, Adelino Fonseca, pela forma que me orientou, pela sua afinidade como orientador, pela sua paciência e sobretudo pelo profissionalismo demonstrado.

Ao meu mestre, Adelino Fonseca, pela oportunidade oferecida de aprender junto a ele a ser um bom profissional.

Ao professor José Nascimento pela paixão despertada para a área de Contabilidade.

Ao Engº. Manuel Fonseca, pela sua disponibilidade e pela oportunidade de fazer o estudo de caso na sua empresa.

Ao Eng. Martinho Ramos pela ajuda na tradução do Resumo.

Ao Eng. Humberto Lopes pelo seu parecer.

Aos meus colegas, Arickson Maocha, Eloneida Rocha e Ângelo Pinto e a todos pela sua disponibilidade e ajuda constante.

Aos meus pais e irmãos pela sua presença assídua e apoio permanente.

A minha namorada pela sua paciência.

A todos os que me ajudaram neste longo processo de formação, pela simpatia e carinho.

RESUMO ANALÍTICO

Os efeitos da globalização da economia, a graduação de Cabo Verde à categoria de país de desenvolvimento médio, a entrada para a OMC, a parceria especial com a União Europeia, são acontecimentos verificados num passado próximo que vieram trazer novas exigências ao país em diversos domínios. A preparação das contas e o relato da informação pode ser considerada uma delas. De facto, o normativo contabilístico existente até então, assente num Plano Oficial de Contabilidade (PNC) aprovado por diploma legislativo datada de 1984 já não respondia a todas as necessidades de informação nos domínios da contabilidade, fiscalidade e financeira.

O trabalho assenta sobretudo na adopção do SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro. O objectivo é analisar o processo de adopção pela primeira vez deste sistema e os impactos que esta adopção teve na posição financeira nas empresas. Foi feito um estudo de caso para ilustrar este processo. Descrevemos como foi adoptado o SNCRF, fizemos uma apreciação a essa adopção e sugerimos melhoria que deveria ser introduzidas para que os resultados do processo incorporassem a quase totalidade dos procedimentos instituídos nos diversos documentos normativos e legais.

Ao trabalho foi dado uma dimensão prática consubstanciada num estudo de caso que serviu para ilustrar o processo de transição. O estudo foi abordado numa perspectiva apreciativa tendo sido inventariadas as situações que deveriam ser salvaguardadas (de acordo com o novo normativo e imperativos legais) no processo de transição / conversão e que não foram feitas.

Demonstrou-se ainda (através da análise da posição financeira da entidade), que o processo de adopção implicou algumas alterações na estrutura financeira e no valor do capital próprio.

A conclusão que se chegou indica que o processo não terá sido tão linear como se desejaria apesar de em, substancia, os principais requisitos terem sido cumpridos.

PALAVRAS-CHAVE: Adopção do SNCRF; Alteração de Políticas contabilísticas; posição financeira.

ABSTRACT

The effects of globalization of its economy, the upgrading of Cape Verde to the category of medium development country, the entry to WTO, the special partnership with European Union, are recent events that brought new demands to the country in several areas. . Preparation of the accounts and information report are included in these new requirements. In fact, the accounting standards till then in force, based on an Official Chart of Accounts (PNC) in force after a law of 1984, didn't meet the requirements on accounting, fiscal and financial information.

This work is basically on the adoption of the new SNCRF – System of Accounting Standardization and Financial Reporting. Our aim is to review the initial adoption process of such system and the impacts this adoption has caused to the financial position of enterprises. A case study is included to illustrate this process. We describe how the SNCRF was adopted; we made an analysis of this adoption and suggested improvements to be introduced in such way that the results of the process include most of the procedures established by law.

A practical dimension was attached to this work, through a case study illustrating the transition process. The study adopted an analytical approach, listing the situations that should have been (according to the new standards and legal prescriptions) but were not prevented during the transition / conversion process.

The study shows (by the analysis of the financial statements of the studied entity) that the adoption process implied some changes to the financial structure and to the owners' equity value).

One arrives to the conclusion that the process was not as linear as one would expect, although essentially the main requirements were accomplished.

KEY WORDS: Adoption of the SNCRF; Changes to accounting principles; financial statements

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO ANALÍTICO.....	III
ABSTRACT.....	IV
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VII
LISTA DE QUADROS.....	VIII
1-INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Contextualização e objectivos do trabalho	1
1.2 Objectivos do trabalho	2
1.3 Metodologia	2
1.4 Subdivisão do trabalho.....	3
2-ENQUADRAMENTO TEÓRICO E EVOLUÇÃO DA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA.....	4
2.1 Breve referência histórica do conceito da contabilidade	4
2.2 A importância da informação contabilística	7
2.3 Os utentes da informação financeira.....	9
2.4 A harmonização contabilística internacional	11
2.5 As principais entidades normalizadoras.....	12
2.6 A normalização contabilística Cabo-verdiana	14
2.7 Os paradigmas associados aos dois momentos na normalização contabilística cabo-verdiana.....	16
3-OS SISTEMAS CONTABILISTICOS NACIONAIS E ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNCRF.....	18
3.1 O PNC e a sua origem.....	18
3.2 Os principais aspectos legais	19
3.3 O SNCRF pressupostos, mensuração e reconhecimento	20

3.3.1 O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro	20
3.3.2 Os Pressupostos, Reconhecimento e mensuração.....	23
3.4 A adopção pela primeira vez e a necessidade de reexpressão	26
3.4.1 O anexo II – Adopção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.....	28
3.4.2 As principais alterações em relação ao PNC.....	30
4-ESTUDO DE CASO – FONSECA & SANTOS, LDA.....	36
4.1 Metodologia	36
4.2 Apresentação da empresa.....	37
4.3 A história da empresa em números	39
4.4 A adopção pela primeira vez	40
4.4.1 Descrição do processo de transição.....	40
4.5 Apreciação as Descrições do processo de adopção e Mensuração subsequente	46
4.5.1 Apreciação as Descrições do processo de adopção.....	46
4.5.2 Mensuração subsequente.....	53
4.6 Análise dos impactos financeiros decorrentes da Adopção do SNCRF	55
CONCLUSÕES.....	58
<i>Considerações</i>	58
<i>Recomendações</i>	59
<i>Limitações da investigação</i>	60
BIBLIOGRAFIA.....	61
ANEXOS.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS

AFT	Activo Fixo Tangível
AISG	<i>Accountants International Study Group</i>
CC	Código de contas
CNNC	Comissão Nacional de Normalização Contabilística
DF's	Demonstrações financeiras
EC	Estrutura Conceptual
F&S	Fonseca e Santos, Lda.
FASB	<i>Finacial Accouting Standard Board</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standard Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IFRS	<i>International Finacial Reporting Standars</i>
IUR	Imposto Único sobre os rendimentos
IVA	Imposto sobre Valor acrescentado
NI	Normas Interpretativas
NRF	Normas de Relato Financeiro
NRF-PE	Norma de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades
OMC	Organização Mundial do Comercio
OPACC	Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados
PCGA	Políticas Contabilísticas Geralmente Aceitos
PI	Propriedade de Investimento
PNC	Plano Nacional de Contabilidade
POC	Plano Oficial de Contas
REPE	Regime especial para pequenas entidades
SCT, SA	Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, SA
SIC	<i>Standing Interpretations Commitee</i>
SNCRF	Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Balanço comparado 2006 a 2008 (Histórico da empresa).....	39
Quadro 2: Balanço comparativo p/efeitos de adopção	41
Quadro 3: Divisão do AFT segundo a Empresa	42
Quadro 4: Quadro dos (des)reconhecimentos feitos pela empresa.....	46
Quadro 5: Divisão do AFT segundo a avaliação técnica	48
Quadro 6: Lançamentos do Justo valor do Edifício/Reclassificação PI.....	49
Quadro 7: Reclassificação dos terrenos de AFT p/ PI.....	50
Quadro 8: Lançamento Contabilístico da reclassificação dos terrenos	50
Quadro 9: Lançamentos Contabilísticos da Reversão da perda por imparidade	51
Quadro 10: Teste de Imparidade do Investimento Financeiro (abertura).....	52
Quadro 11: Lançamento da perda por Imparidade do Investimento Financeiro	53
Quadro 12: Teste imparidade Investimento Financeiro (31/12/2009).....	54
Quadro 13: Lançamento do reforço da perda por imparidade em investimentos financeiros	54
Quadro 14: Resumo das rubricas para cálculo dos rácios	55
Quadro 15: Rácios da Posição financeira (histórico)	55
Quadro 16: Rácios da posição financeira - efeitos da adopção	57

INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e objectivos do trabalho

Hoje, vivemos num mundo, onde a internacionalização da economia é, cada vez mais, uma realidade. A capacidade produtiva é determinante para maximização dos recursos disponíveis visando garantir maior competitividade possível. A competitividade entre organizações e países tornou-se “feroz”, porque cientes de que o crescimento económico significa poder.

Em Cabo verde, a capacidade produtiva é incrementada tanto por operadores nacionais como por operadores internacionais instalados no nosso solo nacional. Sendo assim, compete ao país criar mecanismos susceptíveis de conferir maior capacidade à nossa economia, mas que permitam, ao mesmo tempo, atrair e sustentar os investidores externos.

Não obstante algum dinamismo económico, Cabo Verde, não possuía um sistema contabilístico que fosse de encontro a essas necessidades. Podemos apontar, como exemplo de uma das grandes limitações, o PNC – Plano Nacional de Contabilidade – que apenas contemplava regra de contabilização, quando internacionalmente se exige que as empresas apresentem as suas demonstrações seguindo as premissas da harmonização contabilística, de tal modo que uma Demonstração seja entendível em qualquer país.

Foi nessa ordem de ideias que se instituiu, em 2009, o SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, criado com base nas normas do IASB – *International Accounting Standard Board* – e tendo por objectivo a preparação de demonstrações financeiras, que possam espelhar a “posição verdadeira e apropriada da situação económica e financeira da empresa”.

1.2 Objectivos do trabalho

Com a elaboração do presente trabalho, pretendemos analisar os impactos que a adopção, pela primeira vez, do SNCRF teve na posição financeira de uma empresa nacional. Pretendemos descrever como aconteceram determinados factos, explicar esses mesmos factos, bem como analisar e avaliar os efeitos que eles provocam na posição financeira da empresa e, sempre que possível, apresentar sugestões.

1.3 Metodologia

A monografia de graduação consiste em trabalhos científicos apresentados ao final de um curso e devem apresentar resultados de uma pesquisa e reflexão sobre determinado assunto, devidamente especificado e delimitado. Não se exige originalidade nesses trabalhos que são, geralmente, recapitulativos, sínteses de posições já encontradas em outros escritos. O que determina a qualidade do trabalho é o uso correcto do material preexistente, o ordenamento das ideias, e a contribuição inteligente, de tal forma que a monografia possa trazer a aprendizagem. (Silva, 2008, p. 128)

Tentamos construir um trabalho em que, baseando-nos nos preceitos acima descritos, procuramos usar a metodologia que melhor se adaptasse aos objectivos do trabalho.

O trabalho desenvolvido é caracterizado, numa primeira fase, pela pesquisa bibliográfica, já que o tema discutido baseia-se sobretudo em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, artigos. (Silva, 2008).

Para a construção de conhecimento científico, é muito importante este tipo de pesquisa, visto ajudar-nos a assimilar os conteúdos a serem pesquisados, sendo um dos objectivos da monografia, apontado por (Silva, 2008).

Neste sentido, delimitamos a nossa pesquisa, tentando fazer uma análise aprofundada da bibliografia existente, desenvolvendo uma formação científica mais aprofundada do tema em estudo e uma melhor construção da fundamentação teórica.

Abordamos também a pesquisa documental, segundo (Silva, 2008), “... *utiliza material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado*”, já que fizemos uma análise das demonstrações financeiras da empresa onde tecemos algum comentário e esforçamo-nos por dar o nosso contributo (baseando nas NRF) de forma a mostrar que uma alteração de política contabilística poderá ou não alterar a posição financeira da empresa.

Utilizamos a pesquisa do estudo de caso¹.

1.4 Estrutura do trabalho

O trabalho é subdividido em seis grupos. A introdução, onde tentamos descrever o objectivo do trabalho, o enquadramento teórico e a evolução da harmonização contabilística, estudamos os objectivos do SNCRF e a sua adopção, tentamos compreender como foi adoptado, através de um estudo de caso, posto isto concluimos o nosso estudo, onde tentamos tecer algumas recomendações

¹ Fundamentado no capítulo 4 - estudo de caso.

2- ENQUADRAMENTO TEÓRICO E EVOLUÇÃO DA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

2.1 Breve referência histórica do conceito da contabilidade

Qualquer ramo que nos proponhamos estudar comportará uma certa complexidade no desenvolvimento do seu conceito, pois além de poder englobar aspectos que se pode encontrar na definição de outras ciências, existirão aspectos omissos. Pode dizer-se que esses aspectos não são ainda conhecidos, pois o homem tem uma certa tendência a explorar preferencialmente os aspectos que o rodeiam.

Como qualquer outro fenómeno, a contabilidade também tem uma história. E para melhor compreendermos a contabilidade é necessário perceber o processo da sua evolução. Auxiliando-nos da definição genérica da própria História, só conhecendo os aspectos passados estaremos em condições de melhor entender a realidade presente, o que nos coloca numa posição mais cómoda para evitar que se repitam os erros antes cometidos e melhorar o que de bom já se fazia. Muitos autores defendem diferentes fases da evolução da contabilidade. Considerado por muitos como um dos melhores historiadores da área de contabilidade, Melis² define quatro períodos importantes na evolução da contabilidade. Independentemente da época que cada historiador tenha vivido e definido os respectivos períodos, a abordagem de Melis é muito referenciada na literatura contabilística.

Segundo (Sá, 1998), Melis admite quatro períodos:

- *História antiga ou contabilidade empírica* – período que vai dos primórdios da história até o ano de 1200 da nossa Era.

Trata-se de um período marcado pelos registos contabilísticos, na Suméria, Egipto e outros países, chegando ao fim com o aparecimento do *liber Abaci*, obra de

² Federigo Melis nasceu em 14 de Agosto de 1914 em Florença, Itália.

Leonardo Fibonacci³. Nesta obra, literatura mercantil e de cálculos aplicados ao comércio, de influência árabe, protagonizou a difusão dos números arábicos, influência matemática que seria determinante para o fim dessa época e início da outra, com o aparecimento do conceito das partidas dobradas.

– *Historia média ou sistematização da contabilidade* – período que vai de 1202 a 1494.

Época marcada pelo surgimento da teoria das partidas dobradas, teoria baseada numa equação em que todo o débito deve corresponder a um crédito e vice-versa. Por esta equação, um facto contabilístico determina a variação de duas ou mais contas, sendo que a soma dos respectivos débitos é igual à soma dos créditos. Esta equação acaba por estar reflectida na equação fundamental da contabilidade em que:

$$A = P + CP^4.$$

Segundo (Sá, 1998), não obstante a utilização, pela primeira vez, do termo “partidas dobradas” e da respectiva abordagem na sua obra “*Summa de Arithmetica, Geometria Proportioni et Propornalità*”, onde dedica um capítulo à explicação, Luca Pacioli⁵ não foi o inventor desta teoria, como defendem muitos autores. Aponta Melis, com a sua tese, *Storia della Ragioneria*, onde comprova cientificamente, com base em documentos antigos, que essa teoria foi criada por volta de 1250 a 1280. Ora, Luca Pacioli nasceria dois séculos mais tarde! Pode dizer-se que essa época é também marcada pelo surgimento dos lançamentos contabilísticos.

³ Fibonacci foi um matemático italiano, tido como o primeiro grande matemático europeu da época medieval. É considerado por alguns como o mais talentoso matemático ocidental da idade média. Ficou conhecido pela descoberta da sequência de Fibonacci e pelo seu papel na introdução dos algarismos arábicos na Europa.

⁴ Activo = Passivo+Capital Próprio

⁵ **Luca Pacioli**, frei franciscano, (nascido em Borgo di San Sepolcro, província de Arezzo, Toscana, em 1447 e falecido em 1517).

– ***Historia média ou sistematização da contabilidade*** – período que vai de 1494 a 1840.

Época marcada pelo surgimento de conceitos considerados pré-científicos. É uma época onde se preocupam em buscar as razões dos conceitos e não só expor a forma de fazer os registos, como acontecia até então. Aqui, o caso de Pietra⁶ é tido como referência. Segundo (Sá, 1998), Pietra, “*é o primeiro a analisar os conceitos, fora da óptica do direito, sob óptica contabilística, de débito e crédito, valor, quantidade, preço, custo, apresentado um esboço de um plano de contas*”. Depois de Pietra surgem novas obras também marcadas pelo início de conceitos contabilísticos. Já no final desse período, surgem as obras de Crippa e Bernaccini⁷, onde são introduzidos os conceitos de factos patrimoniais, permutativos e modificativos, sendo que as suas atenções já estavam voltadas para os fenómenos e não apenas para a mera escrituração.

– ***Historia contemporânea ou científica da contabilidade*** – período que vai de 1840 até aos dias de hoje.

“*Como em todos os ramos do conhecimento humano, também na contabilidade a ciência se construiu de teorias*”, (Sá, 1998, p. 75). O início dessa época, afiança Melis, é marcada pela grande obra de Francesco Villa⁸, *La contabilità applicata alle amministrazione private e pubbliche*. Esta obra é a transição definitiva da contabilidade empírica para a científica, construindo conhecimento e novas teorias. Nos dias de hoje, ainda se busca novas formas de fazer contabilidade, em face da inevitabilidade da globalização da economia mundial. Criaram-se organismos capazes de normalizar a contabilidade em reacção às novas exigências dos mercados, o que provoca a grande necessidade vivida hoje da harmonização contabilística

⁶ Angelo Pietra,

⁷ Giuseppe Ludovico Crippa e Guiseppe Bornaccini.

⁸ Francesco Villa, nasceu em Milão em 1801.

Hoje em dia, a contabilidade é marcada pelo esforço de harmonizar. A preocupação maior é no sentido de prestar uma informação contabilística de qualidade e susceptível de ser interpretada da mesma forma em diferentes países.

2.2 A importância da informação contabilística

Uma informação, só é útil se aquele que a vai utilizar puder dela retirar as devidas ilações e daí tomar as decisões que se impõem no sentido da maximização dos objectivos.

No seio de uma entidade há diferentes interesses a serem satisfeitos. De um lado estão os gestores que estabelecem as políticas contabilísticas que melhor se adequam à empresa e à conjuntura; estes têm interesse no crescimento da empresa através da aplicação dos resultados, procurando novos investimentos. De outro lado, os investidores (accionistas/sócios), cujo principal objectivo é o retorno do seu investimento; estes últimos querem o retorno de acordo com níveis por eles definidos. Isso requererá uma nova actuação das empresas no sentido de maximizar o retorno dos investimentos. O nível de exigência é maior e tem como objectivo uma informação financeira transparente, credível e de qualidade, para que a confiança na entidade seja grande o bastante que seja susceptível de cativar e novos investidores incentivar os tradicionais.

Entende-se por informação financeira de qualidade, aquela que tiver subjacentes as características qualitativas estabelecidas na Estrutura Conceptual – EC – do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro – SNCRF –, principalmente as quatro principais características, que a seguir se enumera:

- ***Compressibilidade*** – é uma característica de extrema importância nas demonstrações financeiras, visto que elas devem ser rapidamente compreendidas pelos seus utentes. A sua leitura deve ser fácil, não se devendo contudo excluir informações com certo nível de complexidade, porém indispensáveis para serem bem compreendidas, tendo em conta o grau de importância da sua divulgação;

- **Relevância** – a informação tem relevância para a tomada de decisão, quando influencia a tomada de decisões económicas dos utentes e os consegue ajudar a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros e confirmar ou corrigir as avaliações passadas;
- **Fiabilidade** – a informação é fiável para a tomada de decisão, se estiver isenta de erros materiais e de preconceitos de que os utentes possam depender. Também a informação deve atender: à sua representação fidedigna; à sua substância e realidade económica e não meramente a sua forma legal; à sua neutralidade; à aplicação de prudência na sua preparação e à sua plenitude.
- **Comparabilidade** – um dos aspectos importantes que se deseja conhecer numa empresa, é a tendência da sua posição financeira. Isso só será possível se as demonstrações financeiras forem preparadas de modo a que facilmente se possa comparar os períodos contabilísticos e confrontá-los com os de outras empresas, com o intuito de se saber como é que a empresa está posicionada no mercado, qual a sua quota de mercado, etc. A comparabilidade, também nos permite identificar se as políticas adoptadas, estão a surtir os efeitos desejados, de modo a decidir pela sua substituição ou manutenção.

Mas ter uma informação financeira de qualidade requer o balanceamento entre as características da informação financeira, especialmente entre a fiabilidade e a relevância. Por exemplo, a informação financeira em tempo útil deve prevalecer sobre a perfeição das demonstrações e os benefícios proporcionados devem compensar os gastos suportados na sua disponibilização.

É importante referir que a informação financeira também deve ser preparada segundo determinados pressupostos sem os quais seria difícil de enquadrar e assimilar correctamente a informação. Para o nosso caso, a EC do SNCRF define os dois seguintes pressupostos na elaboração da informação financeira:

Regime do acréscimo – uma entidade deve reconhecer todos os gastos e rendimentos no período em que são incursos, e não meramente quando seja recebido ou pago por caixa. É de grande importância, na medida em que informa os utentes não somente das transacções passadas, envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representem caixa a ser recebidos no futuro.

Continuidade – uma entidade deve preparar as suas DF's tendo em conta a sua continuidade num futuro previsível, assumindo que ela não tem intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Quando, por qualquer motivo, estes pressupostos não forem observados, uma entidade deve divulgar os motivos da sua não aplicação.

2.3 Os utentes da informação financeira

O mundo vive tempos difíceis, um período assolado por crises financeiras e efeitos da globalização. Mais do que nunca, os utentes da informação financeira necessitam de informações de qualidade para suportar as suas decisões. A informação financeira não pode ser vista somente como uma mera necessidade da gestão. O empregado *“está interessado na informação, que o habilite a avaliar a capacidade da entidade proporcionar remuneração, benefícios de reforma e oportunidades de emprego”*⁹, assim como os diferentes utentes, com as suas diferentes necessidades, estarão interessados.

Podemos dizer que a informação financeira é útil a todos os STAKEHOLDER¹⁰, que nela estão interessados. Elas estão formatadas no sentido de servir cada uma das partes interessadas. A estrutura conceptual do SNCRF identifica os seguintes Stakeholders:

⁹ In “Sebenta do Curso On-line DIS3509 – João Amaro Santos Cipriano”

¹⁰ Stakeholders - designa uma pessoa, grupo ou entidade com legítimos interesses nas acções e no desempenho de uma organização e cujas decisões e actuações possam afectar, directa ou indirectamente, essa outra organização.

- a) Investidores – os investidores, sendo os que fornecem capital à empresa, estão interessados em garantir o retorno do capital investido. Terão interesse, de acordo com a informação prestada, em vender ou manter o seu investimento;
- b) Empregados – os empregados estão interessados na continuidade da empresa, pois querem garantir a sua remuneração, benefícios de reforma e oportunidade de emprego;
- c) Mutuantes – estes estão interessados em que as dívidas e juros que lhes são devidos sejam pagos na data do vencimento;
- d) Fornecedores e outros credores – os fornecedores, não só estarão interessados em que as dívidas sejam pagas à data do seu vencimento, como também que a empresa continue a adquirir os seus produtos e serviços;
- e) Clientes – Os clientes têm interesse em informação inerente a continuidade de uma entidade, especialmente quando com ela têm envolvimento a prazo, ou dela estão dependentes;
- f) Governo e seus departamentos – a continuidade da empresa é fundamental para o Estado, pois a empresa tem a capacidade de gerar riqueza e, por conseguinte, pagar os impostos que daí advêm. A informação que lhe é exigida vai ajudar a definir políticas económicas e servir como base estatística;
- g) Público – o público estará interessado na informação que lhe permita saber se a empresa tem capacidade de contribuir para o crescimento da economia, seja ela local ou global, se tem capacidade de gerar emprego e proporcionar comércio para os seus fornecedores;

Ainda podemos ler no § 8 da EC “*O órgão de gestão tem a responsabilidade primária pela preparação das suas demonstrações financeiras. O órgão de*

gestão está também interessado na informação contida nas demonstrações financeiras mesmo que tenha acesso a informação adicional de gestão financeira que o ajude a assumir as suas responsabilidades de planeamento, de tomada de decisões e de controlo...tem a capacidade de determinar a forma e o conteúdo da informação adicional para satisfazer as suas próprias necessidades.”

Podemos dizer que independente dos utentes a que a informação financeira se destina, ela deverá ser apresentada com qualidade, transparência (de forma credível), para que os utentes encontrem nela a satisfação das suas necessidades de informação.

2.4 A harmonização contabilística internacional

O surgimento dos blocos económicos, a liberalização económica, o surgimento de grandes grupos de empresas, as sociedades de capitais e o recurso ao crédito, provocaram um aumento das trocas comerciais; aumentaram-se os investimentos e as práticas contabilísticas tornaram-se mais complexas (por exemplo: o surgimento dos instrumentos financeiros, tratados em Cabo Verde, de acordo com a NRF 16 – Instrumentos Financeiros).

A contabilidade passou a assumir um papel de grande importância para os utentes da informação financeira. Assim, não se pode desejar que numa economia globalizada haja contabilidade com diferentes resultados¹¹ conforme o país onde se prepara as demonstrações. (Costa & Alves, 2001) Escreve que “...quem pretender comparar as demonstrações financeiras de empresas pertencentes a dois países diferentes, tem todo o interesse em que a informação apresentada tenha sido elaborada segundo critérios uniformes uma vez que, se tal não acontecer, a comparação será, se não impossível, pelo menos bastante difícil”.

¹¹ Caso muito conhecido é a da Volkswagen, que apresentava as contas de acordo com o IASB (onde apresentava um lucro avultado), com a necessidade de estar contada no mercado norte-americano teve de converter as suas demonstrações segundo as normas do FASB e apresentou um prejuízo.

Decorrente destas limitações, surge a necessidade de adoptar normas que sirvam de referência padrão aos diferentes países, com o intuito de ter-se uma informação harmonizada e de simples percepção. Tendo por base os modelos alternativos de contabilização dos factos económicos/patrimoniais, muitos países têm vindo a adoptar procedimentos que vão de encontro aos seus interesses individuais. Daí, surge a necessidade da harmonização contabilística internacional, de modo a dotar as demonstrações financeiras de diferentes países, de critérios de comparabilidade, de maior rigor e maior credibilidade.

Pode dizer-se que os principais aspectos da contabilidade são, sem dúvida, a necessidade de comparar informação financeira e que elas espelhem de forma mais transparente possível a “posição verdadeira e apropriada da situação económica e financeira da empresa.”

É de notar que em todo o processo de harmonização surgem referenciadas as diversas entidades que contribuíram para que ela fosse possível e continuam trabalhando para que possa esse processo ser melhorado. O processo de harmonização contabilística tem sofrido diversas evoluções ao longo do tempo mas sempre focalizado num objectivo comum: o de definir princípios orientativos para a preparação e divulgação da informação contabilística subordinada aos mesmos procedimentos e que sejam reconhecidos e adoptados pelos diversos preparadores da informação. No contexto de harmonização destacam-se algumas entidades, consideradas gigantes nestes processo como é o caso do IASB – *International Accounting Standard Board*, e o FASB – *Finacial Accouting Standard Board*, com maior ênfase a IASB, sendo que o seu modelo é o mais utilizado em todo o mundo.

2.5 As principais entidades normalizadoras

O IASB – *International Accounting Standards Boards*.

Atendendo as necessidades da harmonização contabilística, foi criado o AISG – *Accountants International Study Group*, pelo Canadá, o Reino Unido e os Estados

unidos da América, com o objectivo de realizar estudos comparativos das tendências da contabilidade feita entre os três países. Com a celebração de um novo acordo entre diferentes países¹², foi criada, em 1973, o IASB - *International Accounting Standards Bords*, antes designada IASC - *International Accounting Standards Committee*.

A criação do IASC, tinha como objectivo inicial, “*formular e publicar, tendo em conta o interesse público, normas de contabilidade para serem observadas na apresentação de demonstrações financeiras e promover a sua aceitação e observância a nível mundial*”; e “*trabalhar para a melhoria e harmonização da regulação contabilística, normas de contabilidade e procedimentos relativos à apresentação das demonstrações financeiras*.”

O IASC era o organismo responsável pela emissão das normas internacionais de contabilidade, as IAS - *International Accounting Standards*. Em 1997, foi criada a SIC – *Standing Interpretations Committee*, com o objectivo de criar princípios e critérios de interpretações para as normas. Em 2001, foram introduzidas profundas alterações na estrutura do IASC, dando origem a criação do IASB. A partir desta data, as normas emitidas passaram a denominar-se IFRS – *International Financial Reporting Standards*. Poder-se-ia dizer que a diferença existente entre as IFRS e as IAS é paradigmática. Podemos ver que o termo “accounting” passou a ser designado “financial reporting”, ou seja, a partir do momento da criação do IASB, a preocupação passou a centrar-se mais no reporte do que propriamente em como fazer.

Não obstante as alterações, as IAS continua a vigorar como norma de utilização obrigatória. Porém, as novas normas a serem criadas assumem uma nova designação - IFRS.

O IASB torna-se assim numa das entidades de referência mundial no processo de harmonização da informação financeira produzida em todo o mundo.

As normas da IASB são normas que facilmente resolvem as diferentes necessidades de relato financeiro, atendendo então a qualquer sector empresarial. O IASB forma

¹² Austrália, Canada, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido e Estados unidos da América.

modelos cujos instrumentos seguem o modelo a que podemos chamar de abordagem baseada em princípios. Esta abordagem, que acompanha o conceito da introdução das IFRS, tem por finalidade a promoção da consistência e da transparência na apresentação das demonstrações financeiras.

O FASB

O *Financial Accounting Standards Boards* – FASB – é a organização que tem como objectivo o estabelecimento de padrões de contabilidade que rejam a elaboração de demonstrações financeiras.

O FASB, tem como missão, *“estabelecer e melhorar padrões de contabilidade e relatórios financeiros, capazes de fornecer informação financeira, úteis para a tomada de decisões por partes dos vários usuários da informação financeira.”*

Ao contrário do IASB, o FASB vai de encontro a contabilidade elaborada a partir de regras, ou seja, há uma rigidez onde os preparadores da informação financeira obrigam-se a seguir à risca os conteúdos das normas do FASB.

As normas do FASB são utilizadas nos EUA, enquanto as do FASB são utilizadas no resto do mundo.

2.6 A normalização contabilística Cabo-verdiana

Em Cabo Verde, até princípios da década de 50, a profissão de contabilista era exercida pelos guarda-livros (práticos) das antigas casas comerciais. Eles tinham por tarefa a escrituração contabilística e preparação da informação financeira sem observar a qualquer rigor normativo. Com a criação da Escola Industrial e Comercial do Mindelo¹³, em 1956, principiou-se a formação de profissionais de contabilidade, formação que abrangia somente a vertente teórica. Em meados de 1970, surgem, em Cabo Verde, os primeiros contabilistas, formados na Escola técnica do Mindelo e

¹³ Escola industrial e comercial do Mindelo, mais conhecida por Escola técnica do Mindelo.

diplomados pelos institutos comerciais (antiga aula do comercio, criada no Marquês de Pombal, em Portugal).

Em 1984, introduziu-se o PNC – Plano Nacional de Contabilidade, através do Decreto-Lei nº 4/84 de 30 de Janeiro. O PNC contemplava um plano de contas (praticamente uma adaptação do POC – Plano Oficial de Contas de Portugal de 1977), que as empresas passaram a aplicar de forma obrigatória. O PNC assentava sobretudo em regras de movimentação das contas. Não acompanhou a evolução económica mundial (efeitos da globalização) e nem sequer a própria realidade empresarial nacional, não produzindo uma informação financeira que se adequasse às novas exigências do mercado.

Cabo Verde vive tempos marcados pela dinâmica económica. Esta dinâmica é atestada pela graduação a país de desenvolvimento médio, pela parceria especial com a União Europeia e pela entrada para a Organização Mundial do Comércio – OMC. A par deste fenómeno de internacionalização da economia, surgem outras necessidades, de certa forma relacionadas, nomeadamente a necessidade de melhorar e ajustar o normativo contabilístico de forma a tornar possível preparar a informação contabilística tendo como pano de fundo a importância reconhecida pelos diferentes utilizadores.

Atendendo a todos estes fenómenos e ao plano internacional, foi aprovado, de acordo com o Decreto-Lei nº 43/2008, de 1 de Dezembro, a CNNC – Comissão Nacional de Normalização Contabilística –, que tem por missão contribuir para a melhoria da qualidade da informação financeira, sendo seus objectivos principais a emissão de normas e o estabelecimento de procedimentos contabilísticos harmonizados com as normas internacionais de mesma natureza.

Ainda em 2008, com a revogação do Decreto nº4/84¹⁴, entrou em vigor, pelo Decreto-Lei 5/2008, de 4 de Fevereiro, o Sistema Nacional de Contabilidade E Relato Financeiro – SNCRF – que deriva sobretudo da transposição, para o normativo nacional, de normas contabilistas emanadas do IASB, ajustadas à dimensão e realidade nacionais. É um sistema composto pelos seguintes instrumentos:

¹⁴ Artigo n.º 11 do Decreto-lei nº 5/2008, de 4 de Fevereiro.

- A Estrutura conceptual;
- As normas de relato financeiro;
- As demonstrações financeiras;
- O código de contas;
- A norma de relato financeiro para as pequenas entidades e
- As demonstrações financeiras reduzidas.

2.7 Os paradigmas associados aos dois momentos na normalização contabilística cabo-verdiana.

Antes de mais, é necessário entender o sentido da palavra paradigma para que a comparação dos dois momentos seja a mais correcta. Paradigma é, por definição, “*o modelo de declinação ou conjugação*”. Num determinado sentido podemos entendê-lo como uma norma ou modo de fazer determinadas tarefas. É neste sentido que tentaremos abordar os dois momentos que mais marcaram o normativo contabilístico nacional.

Como referimos anteriormente, o SNCRF é um sistema que resulta da transposição para o normativo nacional das normas do IASB. O objectivo das demonstrações financeiras, embora seja sempre divulgar a posição económica e financeira de uma entidade, sofreu uma alteração, passando para uma dimensão muito maior. Se antes a sua preparação assentava-se em regras mais ou menos pré-definidas, hoje temos um sistema que faz um enquadramento conceptual, define princípios ordenativos de reconhecimento e estabelece o conteúdo do que deve ser divulgado. São introduzidos novos conceitos, conceitos de extrema importância, capazes de afectar de forma directa as decisões tomadas pelos utentes da informação financeira. Considere-se como exemplo, a introdução do conceito de Justo Valor¹⁵ e da Imparidade¹⁶.

¹⁵ Conceito 2.3.2. Se o justo valor de um determinado bem é zero deve estar registado no balanço por zero.

Segundo o PNC, o processo de reconhecimento e mensuração era de certa forma demasiado simplista. Os activos e passivos eram mensurados pelo seu custo, pontualmente corrigido pelo processo de reavaliação, derogando o custo histórico. Hoje em dia, para que possam ser reconhecidos, os activos deverão satisfazer os critérios de reconhecimento. Um item só poderá ser reconhecido se satisfizer os seguintes critérios:

- a) For provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para a entidade; e
- b) O item tiver um gasto ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando satisfeitos esses critérios, ainda dever-se-á ter em atenção as condições de materialidade, em que a informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões dos utentes, tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Casos desta natureza podem ser constatados na definição dos critérios para reconhecer os Equipamentos de baixo valor, contabilizados numa conta de gasto.

¹⁶ Considera-se que um activo ou grupo de activos esteja em imparidade quando: A quantia escriturada na contabilidade excede a sua quantia recuperável; ou um acontecimento que ocorre após o reconhecimento inicial, que constitua prova objectiva do impacto negativo na quantia recuperável do mesmo.

3- OS SISTEMAS CONTABILISTICOS NACIONAIS E ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNCRF

3.1 O PNC e a sua origem

No decurso do ano de 1975, Cabo Verde conquista sua independência e inicia o processo de construção de um país independente, com uma dimensão reduzida, sem recursos naturais e experimentando dificuldades inerentes à sua condição de arquipélago.

Nesta época já se começava a sentir a necessidade de uma harmonização contabilística¹⁷. O processo de normalização contabilística era uma preocupação dos diversos países.

Na altura, a principal preocupação do governo era resolver os principais problemas que o país atravessava. A solução foi criar várias empresas públicas e outras de capital misto. Criadas estas empresas colocava-se outra preocupação: a prestação de contas. Era desejável que as contas fossem apresentadas segundo um padrão único de maneira a possibilitar um efectivo controlo por parte do Estado.

É neste contexto que o governo decide instituir em 1984, por via do Decreto regulamentar nº 4/84, de 30 de Janeiro, um plano nacional de contabilidade (PNC) que seria de aplicação obrigatória para todas as empresas tributadas pelo método de verificação em sede da então “contribuição industrial”.

De aplicação obrigatória apenas para as empresas públicas e de capital misto, durante 1984, o PNC viria a ser aplicado de forma obrigatória para todas as empresas tributadas pelo método de verificação a partir de 1985.

O PNC resulta de uma adaptação¹⁸ para o normativo nacional do Plano Oficial de Contabilidade português (POC) de 1977. Existe aqui uma espécie de semelhança com o

¹⁷ Nota-se que o IASB tinha sido criado apenas 2 anos atrás

¹⁸ Com algumas lacunas na opinião de algumas pessoas

que aconteceu em 2008 com a transposição das normas do IASB para o normativo Cabo-verdiano.

O ano de 1984 foi fértil em matéria de normalização contabilística. Além do PNC foram aprovados outros diplomas¹⁹ conexos, sempre norteados para uma normalização da situação da contabilidade.

Com mais ou menos dificuldades (a situação económica evoluiu rapidamente tendo sido privatizada, na década de 90 a maior parte das empresas públicas, muitas vezes com entrada de parceiros externos), o PNC vigorou até final de 2008. Com frequência esta situação obrigava (reflexo das privatizações) a reexpressão para moedas diferentes de demonstrações financeiras produzidas de acordo com o normativo nacional.

3.2 Os principais aspectos legais

Os primeiros passos com a normalização contabilística nacional acontecem com a aprovação por Decreto Nº **4/84 do Plano Nacional de Contabilidade (PNC)**, que teve com fonte de inspiração o POC – Plano Oficial de Contabilidade português, de 1977.

Com a introdução do PNC, foi necessário introduzir diplomas que fossem capazes de complementar a norma. Por isso foi introduzida a **Lei nº1/84 - Reavaliação de Activos** e a **Portaria nº 3/84 que aprova as taxas de amortização dos activos imobilizados**, que vão regularizar as condições de reavaliações e as taxas de amortizações (Depreciações e Amortizações no SNCRF) permitidas, de forma a ter demonstrações financeiras mais reais possíveis.

Em 1987 surge mais um documento normativo, neste caso por via do **Decreto-Lei nº 26/87, que define os requisitos do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados**, mais uma vez na tentativa de unificar formas de apresentação da informação contabilística. Aqui podemos dizer que a preocupação incide na informação que se quer divulgar.

¹⁹ Decreto Nº 1/84, que estabelece os critérios de avaliação dos bens patrimoniais de activo imobilizado, o Decreto nº 2/84 que estabelece a obrigatoriedade do registo predial, a Portaria nº 3/84 que aprova as taxas para depreciação dos activos imobilizados, etc.

Em 1996 as questões de natureza fiscal voltam a merecer a atenção do governo (admitimos que estivesse enquadrado num sistema maior envolvendo os processo de privatizações). Assim surge, por via do **Decreto-Lei nº 1/96**, o **Regulamento do Imposto Único sobre os rendimentos (IUR)** que veio substituir a “contribuição industrial”. Este regulamento estabelece todos os requisitos de tributação para uma empresa que esteja enquadrada no método de verificação. Surgem também diplomas regulamentares tais como os Código do Processo Tributário e o Código Tributário.

Em 1999 é aprovado, por via do **Decreto-lei nº 3/99**, o **Código das Empresas Comerciais**, diploma de extrema importância para regulamentar a actividade comercial no país.

Finalmente, em 2008, o país dá um pulo qualitativo no seu processo de normalização contabilística, acompanhando o que de melhor se faz em quase todo o mundo, ao aprovar, por via do Decreto-Lei nº 5/2008, o **Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF)**.

3.3 O SNCRF pressupostos, mensuração e reconhecimento

3.3.1 O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

O SNCRF, foi estabelecido no país com o propósito de adequar e aproximar Cabo Verde do melhor que se faz no mundo em termos de contabilidade e de relato financeiro. Isto originou uma viragem no paradigma no tratamento das operações contabilísticas. Como explicado no ponto 1.7.

O SNCRF foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008 de 4 de Fevereiro – A adopção do SNCRF, entrado em vigor pelo de Decreto-Lei nº 48/2008 de 29 de Dezembro, no dia 1 de Janeiro de 2009.

O SNCRF é composto pelos seguintes instrumentos:

- A Estrutura conceptual;
- Normas de Relato Financeiro (NRF), que inclui os modelos de demonstrações financeiras;
- Regime especial para pequenas entidades (REPE), que inclui a Norma de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades (NRF-PE);
- Normas Interpretativas (NI);
- Código de contas (CC).

Pode dizer-se que a Estrutura Conceptual - EC é a pedra basilar do sistema. Ela define as linhas orientadoras bases para elaboração das normas de relato financeiro e ajuda na utilização da norma e na divulgação da informação financeira com qualidade. Sendo um documento que somente orienta na elaboração, a EC não nos mostra como proceder no tratamento dos factos que acontecem na entidade. São as NRF que vêm definir o tratamento, reconhecimento e divulgação desses factos. Estas normas têm na estrutura conceptual o suporte teórico. As NRF são um conjunto de normas²⁰, adoptadas das normas internacionais de relato financeiro emitidas pela IASB. Estão divididas em dois grupos. Num primeiro grupo, as normas de apresentação das demonstrações financeiras, a NRF 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e a NRF 2 – Demonstração dos Fluxos de caixa, e as restantes que fazem parte de um grupo de normas orientadoras da forma de reconhecimento, mensuração e divulgação dos itens apresentados nas demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras são um conjunto composto por mapas, constituídos pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração das alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo. Essas demonstrações são definidas nas NRF 1 e NRF 2. As demonstrações financeiras são reflexo dos factos que acontecem numa empresa e traduzem as divulgações exigidas pela NRF.

²⁰ Actualmente são 25 NRF, conforme a lista em anexo (Anexo nº 1).

O Quadro de Contas apresenta-se como um meio de reunir sistematicamente a informação de forma a ser facilmente relatada nas DF's. Nessa ordem de ideias, fazem a ponte entre as NRF's e DF's. Pode dizer-se que o Código de contas é o elemento básico dos registos contabilísticos.

É assim que os diversos componentes se interagem e forma um sistema eficiente de relato financeiro.

Em relação a Pequenas Entidades, o Decreto-Lei nº 17/2010 de 24 de Maio, define o que pode ser considerado “pequenas entidades” e, concretamente, diz:

“Considera-se pequenas entidades, para efeitos da aplicação do artigo 5º do Decreto-lei nº 5/2008 de 4 de Fevereiro, todas as sociedades comerciais cujo volume de negócios realizado no exercício imediatamente anterior, ou esperado no exercício em curso, seja inferior ou igual a 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos) ”.

Na nossa opinião, a definição de pequenas empresas, não reflecte a nossa realidade económica, visto que, podemos ter empresas cujo volume de negócios ascende facilmente os 10.000.000\$00, porém incompatíveis com o estatuto. Por exemplo, temos no nosso mercado os designados “Mini mercados”, que facilmente atingem esse volume de negócios, mas cujas condições não lhe conferem qualidade de médias ou grandes entidades.²¹

Em resumo, podemos dizer que a criação do SNRCF advém da necessidade de termos um normativo capaz de ajudar na criação de competitividade em face de outros países que adoptam as normas internacionais. Podemos ainda acrescentar que, em termos de normativo, estamos abrangidos, por um normativo capaz de satisfazer todas as

²¹ Em Portugal a definição assente em três parâmetros, o volume de negócios, o total do balanço e no número de trabalhadores. No quadro seguinte podemos ver melhor essa definição em Portugal:

Classificação das Empresas Em Portugal

	Nº Trabalhadores	Volume de Negocio	Balanço Total
Média Empresa	250	50.000.000	43.000.000
Pequena Empresa	50	10.000.000	10.000.000
Microempresa	10	2.000.000	2.000.000

Fonte: <http://www.min-economia.pt>

necessidades que a nossa realidade económica possa colocar, não obstante as alterações que estão a ocorrer na economia mundial, com reflexos na nossa economia, provocando situações que deverão ser atempadamente detectadas para que possam atempadamente ser tomadas as devidas providências no sentido da adopção de novas normas susceptíveis de resolver tais situações de forma transparente.

3.3.2 Os Pressupostos, Reconhecimento e Mensuração

Antes de mais, importa definir o que são os elementos das demonstrações financeiras. Pode dizer-se que os elementos das demonstrações financeiras são as grandes classes das DF's onde se agrupam os acontecimentos e transacções, podendo ser divididas em dois grandes grupos:

- a) os que estão relacionados com a mensuração da posição financeira no balanço, que são o Activo, o Passivo e o Capital Próprio. Segundo a estrutura conceptual do SNCRF, estes elementos têm as seguintes definições:
 - **Activo** *é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros;*
 - **Passivo** *é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um ex fluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos;*
 - **Capital Próprio** *é o interesse residual nos activos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos.*
- b) outro grande grupo está relacionado com a mensuração do desempenho, demonstração de resultados, que são os rendimentos e os gastos. São definidos pela estrutura conceptual do SNCRF como se segue:

- **Rendimentos** são aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de activos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio;
- **Gastos** são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de ex fluxos ou deprecimentos de activos ou na incorrência de passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com distribuições aos participantes no capital próprio.

Reconhecimento dos elementos das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNCRF define reconhecimento como sendo o “*processo de incorporar no balanço e na demonstração dos resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os seguintes critérios de reconhecimento*”:

- a) *For provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para ou da entidade; e*
- b) *O item tiver um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.*

Esse processo de reconhecimento vai envolver a correcta descrição do item, pela sua quantia monetária e identificação do mesmo por palavras. As quantias descritas devem satisfazer os critérios de reconhecimento acima mencionados e deverão constar do total do Balanço e da Demonstração dos Resultados da entidade.

Mensuração dos elementos das demonstrações financeiras

Se o reconhecimento é o processo de incorporar os itens, por sua vez, a estrutura conceptual do SNCRF, define mensuração, como sendo “o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e relatados no balanço e na demonstração dos resultados. Isto envolve a selecção da base particular de mensuração.”

A EC do SNCRF define as seguintes base de mensuração:

- a) **Custo histórico** - os activos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga, ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos proventos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios. Devemos ter em conta que esta é a base de mensuração geralmente adoptada pelas entidades ao preparar as suas demonstrações financeiras.
- b) **Custo corrente** - os activos são registados pela quantia de caixa ou de equivalentes de caixa que teria de ser paga se o mesmo ou um activo equivalente fosse correntemente adquirido. Os passivos são registados pela quantia não descontada de caixa, ou de equivalentes de caixa, que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação.
- c) **Valor realizável (de liquidação)** - os activos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa, que possa ser correntemente obtida ao vender o activo numa alienação ordenada. Os passivos são escriturados pelos seus valores de liquidação; isto é, as quantias não descontadas de caixa ou equivalentes de caixa que se espera que sejam pagas para satisfazer os passivos no decurso normal dos negócios.

d) **Valor presente** - os activos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros influxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios. Os passivos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros ex fluxos líquidos de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar os passivos no decurso normal dos negócios.

e) **Justo valor** - quantia pela qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

Na nossa opinião, a base de mensuração mais utilizada em Cabo Verde, é o custo histórico. O custo histórico é o valor que se paga a quando da aquisição do activo, no momento também considerado como sendo o seu justo valor (pode ainda ser o custo de produção quando o bem for fabricado internamente). É a base mais fácil de utilizar, dado a sua facilidade de cálculo e sua objectividade (facilmente verificável com suporte documental). Se virmos as outras bases, o cálculo é um pouco mais custoso e complexo. Por exemplo, o § 32 da NRF 7 – Activos fixos tangíveis –, diz-nos que o cálculo do justo valor “*de terrenos e edifícios é normalmente determinado a partir de provas com base no mercado por avaliação que é normalmente realizada por avaliadores profissionalmente qualificados*”. Uma avaliação desta natureza é custosa e nem sempre isenta de alguma subjectividade. Em certos casos, a empresa tem de recorrer a um balanceamento entre o custo e o benefício e adoptar as diferentes bases de mensuração, de acordo com as suas necessidades e possibilidades, pese embora o efeito na qualidade da mesma.

3.4 A adopção pela primeira vez e a necessidade de reexpressão

A adopção do SNCRF pressupõe uma utilização correcta das NRF. O principal objectivo do SNCRF é no sentido das demonstrações financeiras darem informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma

entidade²², que sejam úteis aos utentes. Logo, tem de ser aplicado por profissionais de contabilidade com a qualificação compatível e de quem se espera que sejam profissionais moral e deontologicamente correctos. Importa ter presente o facto de a norma basear-se em princípios que requerem que profissionais certificados sejam, muitas vezes, chamados a darem o seu parecer profissional visto que os preparadores, normalmente menos qualificados, não o conseguem dar em virtude das suas limitações académicas e profissionais.

Nesta perspectiva, Cabo Verde, além de dispor de entidades qualificadas para formações de qualidade, impulsionou a criação da – OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, criada pelo D-L n.º 12/2000 de 28 de Fevereiro.

A OPACC tem como principais objectivos, " *superintender em todos os aspectos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de auditor e contabilista certificados, atentos a relevância e interesse público que as mesmas revestem, bem como promover a obtenção dos mais elevados padrões profissionais e níveis de desempenho*"; e ainda " *representar, mediante o regime de inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos auditores e contabilistas certificados que exerçam ou venham a exercer a sua actividade em Cabo Verde, pertencendo-lhe o direito exclusivo de emitir as respectivas Cédulas Profissionais.*"

Em Cabo Verde, a adopção, pela primeira vez, do SNCRF, decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 5/2008. Este decreto apresenta 2 anexos, Anexo I – Sistema de Normalização contabilística e de Relato Financeiro²³ e Anexo II – Adopção, pela primeira vez, do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.²⁴

²² De facto este é também o próprio objectivo das demonstrações financeiras

²³ Apresenta o SNCRF, a Estrutura conceptual, as Normas de Relato Financeiro, o Regime especial para pequenas entidades, as normas interpretativas e o código das contas.

²⁴ De acordo com as normas do IASB, e apresentada pelo IFRS 1. Enquanto em Cabo Verde é apresentado como anexo do Decreto-Lei n.º 5/2008, de 4 de Fevereiro.

3.4.1 O anexo II – Adopção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

As entidades que iniciam o exercício no dia 1 de Janeiro de 2009 ou após esta data, assim como as entidades que transitam do antigo normativo, deverão assegurar que as demonstrações contenham informação que:

- a) Seja transparente para os utentes e comparável em todos os períodos apresentados;
- b) Proporcione um ponto de partida conveniente para a contabilização e posterior relato financeiro segundo o SNCRF.

Desta forma, espera-se das entidades que apresentem um Balanço de abertura de acordo com o SNCRF, onde sejam utilizadas as mesmas políticas da norma, *“reconhecendo todos os activos e passivos”*; *“Reclassificando itens que segundo o normativo anterior eram reconhecidos como um determinado item de activo, passivo ou capital próprio e que de acordo com o SNCRF são diferentes”*; e *“aplicar o SNCRF na mensuração de todos os activos e passivos reconhecidos”*.

Neste caso, podem ocorrer diversas situações que originam o reconhecimento de activos (e/ou passivos) que, não reunindo os requisitos no anterior normativo, não teriam constado do Balanço à data de 31 de Dezembro de 2008. Igualmente, podem existir activos (e/ou passivos) reconhecidos no balanço de 31 de Dezembro de 2008, não reunindo os requisitos de reconhecimento do novo normativo e que devem ser desreconhecidos do Balanço daquela data. Em qualquer destas situações o “resultado” destes reconhecimentos (desreconhecimentos) devem ser registados em resultados transitados no Balanço de abertura à data de 1 de Janeiro de 2009. Sendo assim necessário será proceder a uma reconciliação da conta de capital (Balanço de 2008 e balanço de abertura em 2009) de forma a evidenciar e explicar toda a variação sofrida devido a adopção, pela primeira vez, do SNCRF.

Contudo, o mesmo anexo prevê excepções à adopção das NRF. Podemos ler no § 7 do anexo II, que uma entidade, ao invés de adoptar os conteúdos nas NRF, na sua adopção pela primeira vez, pode adoptar, de acordo com situações específicas, os conteúdos previstos nos §§ 15 a 25C, 25F e 25G da IFRS 1 – adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro.

Da mesma forma, o § 8, prescreve algumas proibições relativamente a adopção de matérias tratadas pelas NRF. Por exemplo, proíbe o desreconhecimento de activos e passivos financeiros; estimativas; activos classificados como detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

A entidade tem de apresentar, nas primeiras demonstrações financeiras, segundo o SNCRF, um ano de comparação, facilitando a leitura por parte dos utentes que verão, de forma mais clara e simples, a evolução das várias rubricas da empresa. Só não é exigido às empresas cuja periodicidade não seja suficiente para tal comparação.

Nesta sequência a empresa deve relatar todas as operações na preparação das DF's que ocorreram com a transacção de PCGA anteriores para as NRF e que, de certa forma, afectou a sua posição financeira, o desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

Ainda o anexo II exige que a entidade faça as seguintes reconciliações: *“reconciliação do capital próprio relatado segundo o anterior sistema com o capital próprio relatado segundo as NRF, entre a data de transição para as NRF e o final do período apresentado nas mais recentes DF's anuais elaboradas segundo o anterior sistema”*; *“reconciliação do lucro ou prejuízo relatado segundo o anterior sistema em relação ao ultimo ano em que tal se aplicou, com o lucro ou prejuízo relatado segundo as NRF para o mesmo ano”*.

3.4.2 As principais alterações em relação ao PNC

Uma das grandes mudanças é, sem dúvida, o modo de apresentar as demonstrações financeiras. Em anexo podemos ver um modelo do balanço e demonstração de resultados dos dois normativos. No balanço do SNCRF, destaca-se a coluna para notas que faz uma referência cruzada com o anexo, ou seja indica-nos onde poderemos encontrar as divulgações da informação pretendida. Os valores mensurados estão reconhecidos pela sua quantia escriturada. No activo e no passivo há uma subdivisão dos correntes e não correntes, o capital próprio estando escriturado pelo valor líquido, ou seja, é escriturado pela diferença do valor da constituição e do valor da realização do capital social. A demonstração de resultados segue a mesma linha do balanço, fazendo a referência cruzada com o anexo e os valores mensurados pelo líquido. Destaca-se ainda a preparação das demonstrações de resultados, que facilitam a análise financeira.

No Anexo nº 2 podemos ver as principais diferenças entre o PNC e o SNCRF, em termos de quadro de contas.

A conta de Meios Financeiros pode ser dividida em dois grupos, de acordo com a sua exigibilidade: um grupo onde podemos contabilizar todos os meios financeiros que sejam caixa (11), ou depósitos (12, 13, 14) e o outro grupo onde contabilizamos os instrumentos financeiros (consequência da adopção da NRF 16 – Instrumentos Financeiros).

Podemos referir a introdução da conta Outros Depósitos (14), conta utilizada para a contabilização de outras informações com o banco, não contabilizadas como depósitos a ordem ou a prazo, (como exemplo, os depósitos com aviso prévio ou certificados de depósito). A conta 15 – Instrumentos Financeiros, onde são contabilizados todos os meios financeiros que não sejam caixa ou depósitos, mensurados ao justo valor²⁵, cujas alterações são feitas nas contas de gastos (Demonstração de Resultados).

Na classe 2, destaca-se a nova nomenclatura da conta que passou a designar-se de Contas a Receber e a Pagar. A conta 21 – Clientes –, passou a discriminar as contas, de

²⁵ As excluem-se desta conta os restantes instrumentos financeiros que devam ser mensurados ao custo, custo amortizado ou método da equivalência patrimonial (classe 2 ou conta 41).

acordo com a sua natureza. Por exemplo, na conta 21112 – Clientes – empresa-mãe, são discriminadas todas as operações com a empresa-mãe, facilitando o relato e permitindo ainda, com mais facilidade, ver as operações transaccionadas entre as empresas com relação de capital no processo de consolidação de contas²⁶. No PNC existia a conta 2911 Provisões para Clientes de Cobrança Duvidosa, muitas vezes movimentada apenas com base em critérios de natureza fiscal e representado 5% do valor da dívida de clientes, com a entrada do SNCRF e introdução da norma de imparidades (NRF 17 imparidade de activos), reconhecidos os gastos do período na conta 65 – Perdas por imparidade.

A conta 22 – Fornecedores –, com a mesma natureza da conta 21, procede-se de igual forma, no sentido da discriminação das contas das empresas do grupo (consolidação de contas). Os acréscimos de gastos (custo no PNC), que no PNC estavam classificados na conta 26, passaram a estar classificados na conta de fornecedor, 226 – Fornecedores por Acréscimo de Gastos. Da mesma forma que tratada nos clientes, aqui também se aplica a norma de imparidade.

Conta 23 – Financiamentos Obtidos. No PNC, os empréstimos eram registados na conta 23 e 25 de acordo com a sua natureza²⁷, enquanto no SNCRF, independentemente da sua natureza, existem classificações específicas na conta 23 para cada uma delas (as participações de capital, locações financeiras, empréstimos bancários, como tantas outras). Esta conta vai facilitar o processo de divulgação nas demonstrações financeiras, visto ser subdividida nas dívidas que serão reembolsadas no curto ou no médio e longo prazos.

Conta 24 – Estados e Outros Entes Públicos. Aqui destacam-se as alterações ocorridas no apuramento dos resultados contabilísticos e pagamento dos impostos. A conta 241 – Imposto Único sobre os Rendimentos –, é movimentada se houver estimativa do imposto, com base na matéria colectável estimada (resultado contabilístico). Ao longo do exercício, vai-se fazendo entregas ao estado, sendo que em Janeiro é entregue um

²⁶ (Rodrigues J. A., 2002) Define consolidação como sendo uma “*técnica de natureza contabilística que tem por finalidade elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um grupo de sociedades, como se de uma única entidade (empresa) se tratasse*”.

²⁷ Os empréstimos podiam assumir a natureza bancária ou não.

imposto provisório, representando 25 % do imposto pago no ano anterior ao exercício, no mês de Maio é pago, caso o resultado contabilístico venha a revelar-se positivo (lucro), 50% do imposto estimado; posteriormente é liquidada a parte remanescente, caso o imposto, calculado pelo fisco, se revele superior à soma paga, ou recuperada, se a soma não for superior ao montante pago. Isto é feito no apuramento do imposto e transferido para a conta de imposto a pagar ou a recuperar conforme o caso.

Em relação a conta do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, podemos notar, alterações sim, mas na nomenclatura, que acompanham as alterações das contas cujo movimento normalmente exige o movimento das contas de IVA, é o caso da conta 24421 – IVA dedutível **Existência** no PCN, que no SNCRF passou a designar-se IVA dedutível **Inventários**.

Conta 25 – Accionistas/Sócios. Basicamente alterou-se a sua nomenclatura, passando a ser a conta onde se deve acumular todas as operações efectuadas com os accionistas/sócios, que no PNC eram contabilizadas na conta 23 e 29. A conta 2912 – Provisões para Devedores Diversos de Cobrança Duvidosa –, e que, neste caso, aplica-se a norma de imparidade.

Conta 26 – Outras Contas a Receber e a Pagar. Foi introduzida a conta 263 – Benefícios dos Empregados²⁸ –, que decorre da adopção da NRF 21 – Benefícios dos Emprestados. Surge também a conta 264 – impostos diferidos²⁹ –, também consequência da adopção da NRF 22 – Imposto sobre rendimento. Como acontece nas contas precedentes, no PNC, na conta 2912 – Provisões para Devedores Diversos de Cobrança Duvidosa –, também se aplica a norma de imparidade.

Segundo o SNCRF, a conta 262 regista o valor de Acréscimos de Gastos e Acréscimos de Rendimentos, que decorrem das transacções efectuados com os Credores e

²⁸ De acordo com SNCRF nesta conta *regista as responsabilidades da entidade perante os seus trabalhadores ou perante os seus gestores de fundos autónomos.*

²⁹ De acordo com SNCRF nesta conta *regista-se os activos por impostos diferidos que sejam reconhecidos para as diferenças temporais dedutíveis e os passivos por impostos diferidos que sejam reconhecidos para as diferenças temporais mensuráveis.*

Devedores da conta 26, antes reconhecidos na conta 268 – Devedores e Credores por Cobrança e Pagamentos Diferidos.

A conta 27 – Pessoal, segundo SNCRF –, possui várias subdivisões, introduzindo novos conceitos no plano de contas (p.e., Adiantamento por Gastos por Conta da Empresa), podendo fornecer uma informação mais detalhada, facilitando a leitura do relato financeiro. A nova nomenclatura da conta 276 – Acréscimo com Gastos de Pessoal –, antes 268 – Devedores e credores por pagamentos e cobranças diferidas. Também introduziu como subconta nessa classe, a conta 279 – Perdas por Imparidade Acumulada –, que era tratada na 2912 – Provisões para Devedores Diversos de Cobrança Duvidosa –, onde também se aplica a norma de imparidade.

A conta 28 – Diferimentos³⁰ – tornou-se numa conta onde podemos isolar as operações que dizem respeito a essa matéria, tendo em conta que no PNC eram tratadas na conta 27 – Despesas e Receitas Antecipadas.

Na conta 29 – Provisões –, foram introduzidos novos conceitos, passando a contabilizar (p.e., garantias a clientes). A conta de *Provisões para Clientes de Cobrança Duvidosa* passou a ser contabilizada como 291 - Imparidade de Clientes –, deduzindo-se o valor na conta de activo.

A classe 3 – Inventários e Activos Biológicos –, alterou a nomenclatura que antes comportava a denominação *Existência*. Podemos fazer referência ao destaque que os activos Biológicos sofreram, que antes eram diluídos nas existências e contabilizados na classe 4 – Investimentos. A conta de Provisão para Depreciação de Existência, desaparece, visto que, de acordo com o NRF 13 – Inventários –, as eventuais imparidades destes activos devem ser reconhecidos directamente nas respectivas contas³¹.

³⁰ Segundo o SNCRF, nesta conta regista a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que tendo documentação vinculativa no período devam ser reconhecidos em períodos posteriores.

³¹ Valor Realizável Líquido, os activos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa, que possa ser correntemente obtida ao vender o activo numa alienação ordenada. Os passivos são escriturados pelos seus valores de liquidação; isto é, as quantias não descontadas de caixa ou equivalentes de caixa que se espera que sejam pagas para satisfazer os passivos no decurso normal dos negócios.

Classe 4 – Investimentos. Nesta classe destacam-se as novas nomenclaturas: a classe que antes se identificava como *Imobilizações*, com a adopção do SNCRF, passa a designar-se *Investimento*. As Expressões “Corpóreo” e “Incorpóreo”, passaram, com a adopção do SNCRF, a designar-se “Tangíveis” e “Intangíveis” respectivamente.

Os activos são classificados em função do uso e da forma como contribuem para os benefícios económicos futuros. Os Activos Fixos, detidos para obter rendimentos, são agora classificados como Propriedade de Investimento (conta 42); os activos com existência física destinados a apoiar o desenvolvimento da actividade da empresa por via do uso são reconhecidos como activos fixos tangíveis (conta 43). Os activos sem substância física são agora considerados intangíveis (conta 44). Merece referência o facto de aparecer um novo conceito (imparidade) que surge em cada uma das contas com o objectivo de suportar reduções de valores que podem ocorrer no activo sem que se perca a informação relativa ao custo original).

Classe 5 – Capital Próprio. A necessidade de participar no capital da própria empresa era contabilizada na conta 41 – Investimentos Financeiros – e, consequente, aumento do activo, sendo que com o SNCRF, passou a ser contabilizado como conta de capital próprio, mais especificamente na conta 52 acções (quota) próprias. Importa reter que o valor a divulgar no balanço deve ser aquele que à data do relato estiver efectivamente realizado. Uma alteração bastante notada é na classe 59 – Resultados – que antes contabilizava somente os resultados transitados e que hoje contabiliza, além destes, o resultado líquido do período, tornando necessária a erradicação de toda a classe 8 onde eram tratadas essas matérias.

Na classe 6 (antes Custos e agora Gastos) destaca-se a conta 61 – Gastos dos Inventários Vendidos e Consumidos e Variação de Produção – que aglomera as variações de produção que antes eram contabilizadas numa conta de classe 8 e que entretanto deixou de existir. A conta 65 – Perdas por Imparidade – contabiliza os factos que antes eram contabilizados na conta 68 – Amortizações do Exercício, na conta 69 – Provisões do Exercício – e na conta 825 – Amortizações e Reintegrações

Extraordinárias³². A mudança de paradigma, com a introdução do conceito de justo valor, cria a necessidade de, periodicamente, se proceder a ajustamentos de justo valor. Se os ajustamentos forem no sentido de diminuir o valor do activo, regista-se uma redução do justo valor, na conta 66 - Perdas por Redução do Justo Valor.

Na classe 7 (antes Proveitos agora Rendimentos) destaca-se a conta 76 – Reversões de Perdas por Imparidade –, onde se contabiliza as reversões de imparidades que são observadas no exercício. A mudança de paradigma, com a introdução do conceito de justo valor, sugere a necessidade de periodicamente se proceder a ajustamentos do justo valor e, se os ajustamentos forem no sentido de aumentar o valor do activo, regista-se um aumento do justo valor, na conta 77 – Ganhos por Aumento do Justo Valor.

³² Referir que o conceito de extraordinário deixou de existir com a adopção do SNCRF.

4- ESTUDO DE CASO – FONSECA & SANTOS, LDA

4.1 Metodologia utilizada para o estudo do caso

A essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ele tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram implementados e com quais resultados. (Schramm, 1971)³³

O objectivo do estudo de caso, consistiu, sobretudo, em ajudar a compreender até que ponto a adopção do SNCRF faz alterar a posição financeira da empresa. De forma mais específica, até que ponto uma alteração da política de contabilização faz alterar essa posição, baseando-se nas normas de relato financeiro. Desta forma tentamos perceber até que ponto o SNCRF foi bem adoptado, para que pudéssemos recomendar a melhor política a ser adoptada com vista a melhorar a posição financeira da empresa.

Baseamo-nos em entrevistas presenciais para fazer a descrição da empresa e encetamos contacto com um técnico, especialista em matéria de avaliações para melhor entendermos o processo de reavaliação do edifício.

Na análise às contas, fizemos um estudo detalhado dos relatórios e contas apresentados pela empresa.

Baseamo-nos também, para complementar o estudo, em pesquisas feitas a bibliografias com referências à análise financeira, mostrando, através da análise de rácios, as variações ocorridas na posição financeira.

³³ Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos* (trad. Daniel Grassi). Porto Alegre: Bookman.

4.2 Apresentação da empresa

A Fonseca & Santos, Lda. é uma sociedade por quotas (de foro familiar) constituída em Junho de 1992, de acordo a legislação Cabo-Verdiana, com um capital social de 5.000.000\$00.

Tem como objecto social a importação e comercialização de equipamentos de escritório e material informático, desde computadores, componentes e acessórios e equipamentos de escritório. A sociedade pode ainda participar no capital de outras entidades com objectos distintos.

Depois de experiencia não muito gratificante como Director de uma empresa pública nacional, por motivos adversos, o sócio e gerente, que é Licenciado em Electrónica nos EUA – Estados Unidos da América – dispondo de Know-how³⁴ adequado para a criação e gestão de um negócio no domínio da comercialização de equipamentos de escritório e material informático, enveredou pelo caminho do empreendimento nesse domínio e fundou a sua própria empresa. Naquela altura era a única no mercado, podendo dizer-se que beneficiava de uma espécie de monopólio³⁵. O principal objectivo era oferecer produtos de forma oportuna e quase imediata.

Sendo a primeira no mercado, a gerência soube privilegiar, como bandeira do negócio, a boa relação com os clientes, o que, de facto, foi o ponto forte no sucesso do empreendimento.

Actualmente, não obstante o mercado nessa área de negócios se encontrar quase saturado, perante a concorrência a empresa consegue aguentar sem grandes constrangimentos graças a fidelidade e preferência dos clientes. A atenção pós-venda, embora represente muitas vezes gastos significativos, tem sido uma preocupação constante.

³⁴ Know-how - É o conhecimento de como executar alguma tarefa.

³⁵ Monopólio - é como se denomina uma situação de concorrência imperfeita, em que uma empresa detém o mercado de um determinado produto ou serviço, impondo preços aos que comercializam.

A preocupação de ter o cliente sem os habituais períodos de espera de equipamento obriga a que a sociedade tenha um considerável valor investido em inventários.

Neste sentido a empresa necessita de fornecedores/parceiros que lhe dêem algum suporte. A Fonseca & Santos conseguiu também assegurar este intento e tem vindo a cumprir as suas obrigações³⁶ perante os fornecedores. Este é outro dos elementos que justificam o sucesso da empresa ao longo dos tempos.

Para o futuro, perspectiva-se que o negócio se acentuará sobretudo na comercialização de equipamentos de escritório, acreditando que o mercado de produtos informáticos tem os dias contados, por causa das suas constantes desvalorizações provocadas essencialmente pelos grandes avanços tecnológicos.

Situada numa zona privilegiada da cidade (Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva – Ex-prédio das Finanças) tem o acesso facilitado e o atendimento sempre personalizado contando com a constante presença e boa disposição do gerente.

³⁶ Daí a concessão de créditos por parte dos fornecedores, que lhe permite uma gestão de tesouraria mais folgada.

4.3 A história da empresa em números

De forma resumida a posição financeira e económica da empresa caracteriza-se pelos seguintes números:

Quadro 1: Balanço comparado 2006 a 2008 (Histórico da empresa)

CONTAS DO BALANÇO

Valores em: mCVE

	2006	2007	2008
ACTIVO			
Activos Não Correntes	112.778	124.953	174.066
Activos Correntes	81.664	92.053	142.131
Total do Activo	194.442	217.006	316.198
CAPITAL PROPRIO			
Capital, Reservas e Resultados	49.029	52.143	55.995
Total Capital Proprio	49.029	52.143	55.995
PASSIVO			
Passivo Não Corrente	140.379	164.863	260.202
Passivo Corrente	5.035	0	0
Total do Passivo	145.414	164.863	260.202
Total Capital Proprio + Passivo	194.442	217.006	316.198

CONTAS DE RESULTADOS

Valores em: mCVE

	2006	2007	2008
Rendimentos	73.566	118.263	128.314
Gastos	70.736	114.050	123.040
Resultados antes de Impostos	2.830	4.213	5.274
Impostos	0	1.098	1.421
Resultados Líquidos do Período	2.830	3.115	3.852

4.4 A adopção pela primeira vez

4.4.1 Descrição do processo de transição

Como vimos no ponto 2.4.1, a empresa deveria preparar um Balanço de Abertura de acordo com o SNCRF. Constatamos que a empresa preparou este balanço, tendo servido de comparativo para as primeiras Demonstrações Financeiras, preparadas com referência a 31 de Dezembro de 2009. Neste subcapítulo tentaremos descrever todo processo de adopção para o SNCRF feito pela firma Fonseca e Santos, Lda., evidenciando as reclassificações, o desreconhecimento dos activos e passivos de acordo com as NRF.

Faremos ainda uma apreciação das notas da adopção pela primeira vez, onde pretendemos fazer algum comentário em relação ao processo de adopção, e indicaremos formas alternativas (e complementares) relativas a melhor forma de fazer a conversão, suportadas, naturalmente, nos conteúdos das diversas NRF. E para efeitos de análise tentaremos demonstrar os impactos decorrentes das políticas estabelecidas para a preparação do Balanço de Abertura. Pelo estudo do caso verificamos que nem sempre foram aplicadas todas as disposições do novo normativo e as políticas utilizadas poderiam não ser suficientes. Apreciaremos os dados simulados de situações que deveriam resultar da aplicação de novas outras políticas e formas de reconhecimento referidas nas NRF, nomeadamente nas Propriedade de Investimento.

Da análise realizada ao balanço, datado de 31 de Dezembro de 2008, e ao balanço datado de 1 de Janeiro de 2009, encontramos os seguintes valores:

Quadro 2: Balanço comparativo p/efeitos de adopção

Escriturados Pelo valor liquido e expressa em contos					
	Nota	PNC 31-12-2008	SNCRF 01-01-2009	Diferença	SNCRF 31-12-2009
Activo Fixo Tangível					
Terrenos e recursos naturais	1	80.238	70.931	-9.307	70.931
Edifícios e outras construções	1	40.485	9.662	-30.822	18.015
Equipamento básico		966	966	0	826
Equipamento de transporte		3.897	3.897	0	3.281
Equipamento administrativo		643	643	0	802
Outros activos fixos tangíveis		151	151	0	348
Propriedades de investimento					
Terrenos e recursos naturais	1	0	9.307	9.307	9.307
Edifícios e outras construções	1	0	30.693	30.693	29.155
Outras propriedades de investimento					
Activos intangíveis					
Programas de computador		0	70	70	0
Outros activos intangíveis		-60	0	60	0
Participações financeiras — outros métodos	8	15.812	15.812	0	15.812
				0	
Inventários	7	55.356	55.356	0	63.951
Clientes	2	105.044	104.750	-294	95.124
Adiantamentos a fornecedores	3	0	2.944	2.944	3.509
Estado e outros entes públicos					527
Pessoal	4	0	3.085	3.085	138
Outras contas a receber	4	9.507	6.422	-3.085	8.808
Caixa e depósitos bancários		4.160	4.160	0	-2.414
				2.650	318.122
Capital realizado		5.000	5.000	0	5.000
Reservas legais		1.000	1.000	0	1.000
Resultado Transitado	9	49.995	49.995	0	47.928
Resultado líquido do período		0	0	0	3.011
				0	
Passivo Não Corrente					
Financiamentos obtidos	6	0	22.332	22.332	18.939
				22.332	
Passivo Corrente					
Fornecedores	3	43.355	46.299	2.944	38.888
Adiantamentos de clientes	2	6.137	5.843	-294	5.397
Estado e outros entes públicos	5	7.225	7.225	0	9.296
Accionistas/sócios		132.714	132.714	0	136.436
Financiamentos obtidos	6	68.112	45.780	-22.332	45.436
Outras contas a pagar		2.660	2.660	0	6.791
				-19.682	
Total Controlo				0	318.122

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

De acordo com os números da coluna de notas passaremos a referir aos seguintes factos:

Nota 1 – a adopção do novo normativo, exige que as empresas adoptem as NRF. De acordo com o § 10 da NRF 10 – Propriedade de Investimento –, “*algumas propriedades compreendem uma parte que é detida para obter rendas ou para valorização de capital e uma outra parte que é detida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas. Se estas partes puderem ser vendidas separadamente (ou locadas separadamente segundo uma locação financeira), uma entidade contabilizará as partes separadamente. Se as partes não puderem ser vendidas separadamente, a propriedade só é uma propriedade de investimento se uma parte não significativa for detida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas*”.

Ora, da análise efectuada, constatamos que a empresa possui um activo nas condições descritas no parágrafo acima. Neste caso a empresa teve de subdividir o valor que constava da rubrica de activos fixos tangíveis – AFT – de acordo com a natureza da sua utilização. O quadro seguinte mostra-nos como foram reclassificados os Activos Fixos Tangíveis, sendo uma parte, cujo uso tem finalidades administrativas, classificada como AFT e outra, para propriedade de investimos, detida para obtenção de rendas.

Quadro 3: Divisão do AFT segundo a Empresa

	Activo Bruto	Depreciações Acumuladas	Activo Liquido
Activos Fixo Tangíveis antes das reclassificações			
<i>Terreno</i>	12.409.000,00		12.409.000,00
<i>Edifício</i>	42.701.632,00	8.598.756,00	34.102.876,00
	55.110.632,00	8.598.756,00	46.511.876,00
Reclassificação dos Activos Fixos Tangíveis			
Propriedade de Investimento			
<i>Terreno</i>	9.306.750,00		9.306.750,00
<i>Edifício</i>	38.431.468,00	7.738.880,00	30.692.588,00
	47.738.218,00	7.738.880,00	39.999.338,00
Activos Fixos Tangíveis			
<i>Terreno</i>	3.102.250,00		3.102.250,00
<i>Edifício</i>	4.270.164,00	859.876,00	3.410.288,00
	7.372.414,00	859.876,00	6.512.538,00

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

O processo de separação utilizado pela empresa consiste na separação da parte de propriedade de investimento feita sem qualquer avaliação técnica e de acordo com os dados históricos da empresa. O terreno foi dividido em 4 parcelas, considerando-se que 3 destas parcelas fazem parte da propriedade de investimento, representando $\frac{3}{4}$ do valor do terreno, e a outra parte considerada como AFT. Relativamente ao edifício, considerou-se que 90% do valor do custo era destinado a obtenção de rendas e, conseqüentemente, considerado como propriedade de investimento. Esta repartição não teve qualquer suporte prático a não ser uma aproximação em termos de áreas ocupadas.

Nota 2 – a diferença de 294 contos, corresponde a um saldo que estava registado como adiantamento de clientes. Com o reconhecimento do respectivo crédito, esse valor teria de ser transferido da conta de adiantamento para a conta corrente de clientes. Na sequência da adopção do SNCRF, aproveitou-se para fazer a reclassificação do saldo, sendo que não se trata de uma operação realizada no âmbito dessa adopção³⁷. Ainda existe um valor a deduzir, considerado no PNC como provisão para clientes em cobrança duvidosa (3.688.477\$00). A quando da adopção do SNCRF, esse valor foi considerado como Perdas por Imparidade e reclassificado para a conta 219 – Perdas por Imparidade Acumulada. No entanto, ainda como consequência da adopção do novo normativo, esse valor viria a ser revertido, por ser um valor constituído com base em critérios fiscais, já que a NRF 17 – imparidade de activos – nos diz, no § 24, que devemos reconhecer uma perda por imparidade *“Se, e apenas se, a quantia recuperável de um activo for menor do que a sua quantia escriturada, a quantia escriturada do activo deve ser reduzida para a sua quantia recuperável. Esta redução é uma perda por imparidade.”* O que não acontece, sendo que a perda reconhecida não obedece a esta definição, pois a perda foi constituída com base em critérios fiscais.

Nota 3 – a diferença encontrada 2.944 contos, corresponde a adiantamentos feitos a fornecedores, que estavam registados a crédito na conta corrente. A quando da reclassificação dos saldos (adopção do SNCRF) apercebeu-se da situação, pelo que se

³⁷ O PNC prevê a contabilização dos adiantamentos de clientes.

procedeu a reclassificação do saldo que passou a estar mensurado como adiantamento a fornecedores, numa conta de activo.

Não obstante a reclassificação, devemos dizer que o PNC já previa tais situações (adiantamentos), sendo que não se pode considerar a reclassificação dos saldos (nota 1 e 2) como consequência da adopção do SNCRF.

Nota 4 – no balanço, segundo o SNCRF, existe uma conta de Pessoal³⁸ onde se regista as operações efectuadas com o pessoal da empresa. No PNC estas operações eram registadas e aglomeradas na conta de Outras Contas a Receber e a Pagar (26). A quando da adopção do SNCRF, foi reclassificado um valor de 3.085 contos que dizia respeito a adiantamentos efectuados ao pessoal. No balanço de 2008 estava contabilizado na conta 26 – Outros Devedores e Credores –, dificultando a leitura das DF's e não demonstrando de forma clara as transacções efectuadas com o pessoal.

Nota 5 – nesta rubrica existe um saldo de 1.421 contos que corresponde a estimativa do imposto do exercício de 2008. Segundo o PNC, este valor devia ter sido registado como uma provisão de imposto, para ser posteriormente transferido para a conta 83 (Utilização) para cobrir o gasto efectivo com imposto apurado e notificado pela Administração Fiscal. No SNCRF esta situação merece um outro tratamento, sendo o pagamento dos impostos³⁹, reclassificado para a conta 241 – Imposto do ano Do Ano N.

Nota 6 – a diferença encontrada nestas rubricas, resulta da reclassificação do saldo da conta de empréstimo bancário. Nesta conta existia um saldo cuja maturidade iria acontecer no médio e longo prazos. Contrariamente ao previsto no PNC, o Balanço não estava subdividido de forma a permitir-nos ver os valores que seriam pagos no curto prazo (até 1 ano) e o longo prazo (mais do que 1 ano). Não obstante o PNC subdividir esta informação em débitos a curto prazo e débitos a médio e longo prazos, do balanço datado a 31-12-2008, não constava tal separação, sendo que se aproveitou para proceder

³⁸ Regista-se nesta conta as remunerações a pagar, adiantamentos ao pessoal, os acréscimos por férias e perdas por imparidade.

³⁹ Como explicado no ponto 3.4.2

à devida correcção. É de referir ainda que também não se trata de uma operação no âmbito da adopção para o SNCRF.

Nota 7 – na rubrica de inventários não encontramos diferenças entre o valor mensurado no balanço a 31-12-2008 e a 01-01-2009. Na realidade, o valor mensurado é um valor líquido, sendo o valor bruto seria de 60.171 contos e uma dedução no valor de 4.815 contos. O valor a deduzir foi constituído em períodos anteriores, com base em critérios fiscais (10% do valor dos inventários), considerado como Provisão para depreciações de inventários no PNC, e reclassificado como perda por imparidade de inventários a quando da adopção para o SNCRF. De realçar que no ano 2008 não foi constituída essa provisão.

Nota 8 – o valor registado nesta rubrica, corresponde a um lote de 2.496 acções adquiridas a Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, SA. Este lote está, até a data, registado pelo custo, sendo o valor de aquisição unitária de 6.335\$00, totalizando 15.812.160\$00.

Nota 9 – podemos constatar que não há diferenças entre os valores mensurados a 31-12-2008 e aos valores mensurados a 1-12-2009. A quando da adopção existiam activos e passivos (operações bancárias não registadas nos períodos anteriores) que não são reconhecidos de acordo com as NRF, sendo que, no entanto, não foram feitas as operações devidas a data de 1-01-2009, o que sugere que tenha havido descuido. Tais operações só seriam feitas a 31-12-2009.

Assim, os efeitos da conversão resultantes da adopção pela primeira vez do SNCRF podem ser sintetizados da seguinte forma:

Quadro 4: Quadro dos (des)reconhecimentos feitos pela empresa

		ECV		
		Activo	Passivo	Liquido
Desreconhecimento				
Pendentes nas contas de clientes		179.000,00	1.563.042,00	-1.384.042,00
Pendentes nas contas de fornecedores		1.908.767,00	0,00	1.908.767,00
Pendentes em bancos antigos		2.285.497,70	742.520,05	1.542.977,65
Outros		0,00	0,00	0,00
Soma:		4.373.264,70	2.305.562,05	2.067.702,65
Reconhecimento				
Pendentes nas contas de clientes		0,00	0,00	0,00
Pendentes nas contas de fornecedores		0,00	0,00	0,00
Pendentes em bancos antigos		0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00
Soma:		0,00	0,00	0,00
Efeito Liquido nas contas de capital		4.373.264,70	2.305.562,05	2.067.702,65

Fonte: Demonstrações Financeiras da Fonseca e Santos, Lda, 2009.

4.5 Apreciação as Descrições do processo de adopção e Mensuração subsequente**4.5.1 Apreciação as Descrições do processo de adopção****Nota 1**

O cálculo do custo da propriedade de investimento é complexo, visto tratar-se de um prédio onde também funciona a parte administrativa da empresa (reconhecido como AFT). Para isso auxiliamo-nos do parecer de um técnico especializado em matéria de avaliações de activos, que nos indicou qual devia ter sido o melhor processo para fazer a separação do valor pertencente ao AFT e a Propriedade de Investimento, respectivamente, e qual o valor de mercado do bem na data, servindo de base para uma eventual mensuração subsequente (considerando uma alteração da política de

mensuração). Por uma questão de simplificação admitimos que este valor seria equivalente ao justo valor do activo.

Segundo o técnico⁴⁰, a separação do valor do bem deveria ser feita tendo em conta a área que o AFT (parte utilizada da parte administrativa) ocupa.

O prédio ocupa uma área total de 772 m² distinguindo-se 4 pisos, distribuídos, por duas fachadas separadas, sendo que:

- A fachada frontal é constituída por um piso térreo, destinado à actividade comercial e escritórios/serviços, e 1 apartamento em cada um dos 3 pisos restantes, todos destinados a escritórios/serviços;
- A fachada traseira é constituída por um piso térreo destinado ao comércio (ocupado, na circunstância, pela própria firma Fonseca & Santos, com uma área de 90 m²) e a escritórios/serviços, sendo que, à semelhança da outra fachada, em cada dos 3 pisos restantes existe um apartamento destinado, neste caso, à habitação.

Segundo o técnico o cálculo do activo fixo tangível (relativo aos 90 m ocupados pela firma F&S) devia ter sido feita numa base proporcional.

Assim, o edifício e o terreno afectos ao activo fixo tangível deviam corresponder a 11,66% do valor total do edifício e do terreno respectivamente, $\frac{90 \text{ m}^2}{772 \text{ m}^2}$.

Seguindo esta óptica, a divisão pelo custo seria:

⁴⁰ Parecer do técnico no Anexo nº 6

Quadro 5: Divisão do AFT segundo a avaliação técnica

	Activo Bruto	Depreciações Acumuladas	Activo Líquido
Activos Fixo Tangíveis antes das reclassificações			
<i>Terreno</i>	12.409.000,00		12.409.000,00
<i>Edifício</i>	42.701.632,00	8.598.756,00	34.102.876,00
	55.110.632,00	8.598.756,00	46.511.876,00
Reclassificação dos Activos Fixos Tangíveis			
Propriedade de Investimento			
<i>Terreno</i>	10.962.355,00		10.962.355,00
<i>Edifício</i>	37.723.462,00	7.596.310,00	30.127.152,00
	47.738.218,00	7.738.880,00	41.089.507,00
Activos Fixos Tangíveis			
<i>Terreno</i>	1.446.645,00		1.446.645,00
<i>Edifício</i>	4.978.170,00	1.002.446,00	3.975.724,00
	6.424.815,00	1.002.446,00	5.422.369,00

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

Constatamos uma variação negativa no terreno registado como AFT de 1.655 contos, e uma variação positiva de edifício registado como AFT de 708 contos. Estes valores seriam ajustados em detrimento do valor da propriedade de investimentos. Análise feita em relação aos valores registados pela contabilidade.

O § 8 da NRF 3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, nos diz que “ *As NRF estabelecem políticas contabilísticas que resultam em demonstrações financeiras contendo informação relevante e fiável sobre as transacções, outros acontecimentos e condições a que se aplicam. Essas políticas não necessitam de ser aplicadas quando o efeito da sua aplicação for imaterial, excepto se tiver por objectivo alcançar uma determinada apresentação da posição financeira, desempenho financeiro ou fluxos de caixa*”.

Entendemos que a alteração de certas políticas afectaria directamente a posição financeira da empresa. Se a empresa tivesse optado por mensurar a PI pelo Justo Valor, suportando no § 30 da NRF 10 que nos diz que “*uma empresa deve escolher como sua*

política contabilística ou o modelo de justo valor...ou o modelo de custo e deve aplicar essa política a todas as suas propriedades de investimento”, a realidade seria outra.

Isso levou-nos a simular uma eventual mensuração pelo justo valor, tentando demonstrar os efeitos que implicariam na posição financeira da empresa.

Os valores apurados pela avaliação técnica à data de 1-1-2009 foram de 62.198.063\$00, sendo que o valor do edifício estaria a rondar os 38.793.563\$00 e o do terreno perto dos 23.404.500\$00. Seguindo o mesmo raciocínio, em que o AFT estaria valorizado por 11,66% do valor, o remanescente seria reclassificado como Propriedade de Investimento. Assim, o valor para Propriedade de Investimento – terreno – seria de 20.675.966\$00 e o da Propriedade de Investimento – Edifício – 34.270.997\$00, respectivamente.

Nessa ordem de ideias, os lançamentos que deveria ser feitas são as seguintes:

Quadro 6: Lançamentos do Justo valor do Edifício/Reclassificação PI

	Conta	Descrição	Debito	Credito
de	4382	Depreciação acumuladas	7.738.880,00	
a	432	AFT - Edifícios e outras Construções		7.738.880,00
de	431	AFT - Terrenos e recursos Naturais	11.369.246,00	
de	432	Edifícios e outras Construções	3.578.409,00	
a	5611	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		14.947.655,00
		revalorizações Antes de imposto sobre o rendimento		
	2642	Passivos por Imposto diferido	3.736.914,00	
	5612	Excedentes Revalorizações - Impostos diferidos		3.736.914,00
	H:	Pelo aumento do Justo valor do Imóvel reconhecido no capital proprio		
	421	PI - Terrenos e recursos Naturais	20.675.996,00	
	422	PI - Edifícios e outras construções	34.270.997,00	
	431	AFT - Terrenos e recursos Naturais		20.675.996,00
	432	Edifícios e outras Construções		34.270.997,00
	H:	Quantia escriturada do bem a data da transferencia para propriedade de investimentos		

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

No anexo nº 3 podemos ver de forma mais ilustrativa a sua contabilização, através da razão.

Das entrevistas realizadas, pudemos constatar que os terrenos registados na conta Activo Fixo Tangível, com excepção do terreno afecto ao edifício onde funciona a administração, são terrenos para valorização. A NRF 10 – propriedade de investimento – diz-nos que podemos considerar os activos (terrenos e edifícios), detidos para obtenção de rendas ou para valorização como Propriedade de Investimento (§7 da NRF 10). Assim, os terrenos detidos pela empresa, destinados a uso futuro, mesmo que não saiba se serão utilizados como propriedade ocupada pelo dono ou para a venda no curto prazo⁴¹, são considerados como detidos para valorização do capital e contabilizados na conta de Propriedade de Investimento.

O quadro abaixo mostra-nos uma possível reclassificação do terreno considerado AFT, para propriedade de investimento.

Quadro 7: Reclassificação dos terrenos de AFT p/ PI

	Valor do Balanço 31-12-2009	Reclassificação	Novo valor do Balanço
Activo Fixo Tangível			
Terreno	70.931.046,00	67.828.796,00	3.102.250,00
Propriedade de Investimento			
Terreno	0,00	67.828.796,00	67.828.796,00

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

Assim, podemos sugerir uma nova contabilização, efectuando os seguintes lançamento:

Quadro 8: Lançamento Contabilístico da reclassificação dos terrenos

Conta	Descrição	Debito	Credito
de 421	Terrenos e recursos naturais	67.828.796,00	
a 431	Terrenos e recursos naturais		67.828.796,00
H: Reclassificação dos terrenos considerados como AFT para Propriedade de investimento.			

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

⁴¹ Neste caso considerado como activo detido para venda NRF- 8 – activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Nota 7

Tal como aconteceu com o valor registado como Provisão para clientes em cobrança duvidosa, esse valor deveria ser desreconhecido, já que nenhum inventário apresentava, de facto, situação de imparidade. De notar que a provisão (terminologia do anterior normativo) foi constituída de acordo com critérios meramente fiscais. Neste caso aplicaríamos a mesma norma, NRF 17 – imparidade de activos, § 24 –, em que devemos reconhecer uma perda por imparidade *“Se, e apenas se, a quantia recuperável de um activo for menor do que a sua quantia escriturada, a quantia escriturada do activo deve ser reduzida para a sua quantia recuperável. Esta redução é uma perda por imparidade”*.

Seguindo os requisitos desta norma, deveríamos desreconhecer a perda por imparidade. Os lançamentos seriam:

Quadro 9: Lançamentos Contabilísticos da Reversão da perda por imparidade

Conta	Descrição	Debito	Credito
de 329	Perdas imparidade em inventário	4.815.041,00	
a 59	Resultado Transitado		4.815.041,00
H: Reversão de perda por imparidade em inventários			

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

Nota 8

A Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos tem um capital social composto por 240.000.000\$00, com valor nominal das acções de 1.000\$00, ou seja, o capital social é composto por 240.000 acções. Destas, 152.760 são acções nominativas⁴² não cotadas e 87.240 acções cotadas na bolsa e distribuídas pelo público.

⁴² Acção nominativa, é a acção que tem a designação do seu titular, não podendo, por isso, ser transmitida a outrem sem que seja alterado o registo do seu proprietário.

A Fonseca & Santos, Lda. possui um lote composto por 2.496 acções da SCT, SA., que fazem parte das transaccionadas na bolsa de valores de Cabo Verde. Estas acções correspondem a aproximadamente 1,04% do capital social da SCT, SA.

Segundo a NRF 16 – Instrumentos financeiros § 15 – “*uma entidade deve mensurar ao justo valor todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado nos termos do parágrafo 12⁴³ com contrapartida em resultados*”.

Analizamos o § 12, na alínea c, nos diz que os instrumentos que não sejam transaccionados publicamente são contabilizados pelo custo ou pelo custo amortizado⁴⁴ (cujo justo valor não seja obtido de forma fiável), já o § 16 alínea a, nos diz que os Investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente devem ser mensurados ao justo valor.

Sendo assim, devemos dizer que a quando da adopção do SNCRF, a empresa teria de fazer o teste de imparidade, consequência da obtenção do justo valor, já que a cotação das acções, são divulgadas na Bolsa de valores de Cabo-verde. O quadro abaixo, nos mostra o teste que deveria ser feito a data da adopção:

Quadro 10: Teste de Imparidade do Investimento Financeiro (abertura)

Nº Acções	Valor Compra	Total	Valor Unitário 31 - 12- 2008	Total Pelo Valor Mercado	Perda por imparidade
1	2	3 = 1 x 2	4	5 = 1 x 4	6 = 5 - 3, se(5<3); 0 Se 5>3
2.496	6.335,00	15.812.160,00	5.896,00	14.716.416,00	-1.095.744,00

Fonte: Elaboração propria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

⁴³ O parágrafo 12 da norma define os instrumentos financeiros que uma entidade deve mensurar ao custo amortizado ou ao custo.

⁴⁴ Custo amortizado de activo ou de passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou o passivo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efectiva menos qualquer redução (directa ou por meio de conta de provisão) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento. (<http://ifrsonline.wordpress.com>)

Como podemos observar no quadro, as acções foram adquiridas por 6.335\$00 cada. No dia 1-01-2009, data de referência do balanço de abertura, a cotação era de 5.896\$00, representando um decréscimo de 439\$00 por acção. Este valor significa o excedente entre a quantia escriturada e a quantia recuperável, que segundo a NRF 17 – imparidade de activos, significa perda por imparidade. Desta forma, pelo total das acções a empresa teria de reconhecer uma perda por imparidade no valor de 1.095.774\$00. A contabilização aplicável seria:

Quadro 11: Lançamento da perda por Imparidade do Investimento Financeiro

	Conta	Descrição	Debito	Credito
de	59 Resultados Transitados		1.095.744,00	
a	419 Perdas por imparidade acumuladas			1.095.744,00
	H: Reconhecimento da perda por imparidade em instrumentos financeiros pela cotação das acções			

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

4.5.2 Mensuração subsequente⁴⁵

Nota 1

Admitindo que o justo valor do bem não se alterou no final de 2009, mantendo-se a política de contabilização, neste caso não se fazia nada uma vez que não há variação do justo valor do Activo.

Nota 8

Da mesma forma, a 31-12-2009, deveria ter feito o teste de imparidade e, consequentemente, reforçada ou revertida a perda por imparidade, dependendo do valor

⁴⁵ Para a mensuração subsequente, fizemos referência as notas que correspondem aos Investimentos

da cotação das acções a essa data. Constatamos que a essa data⁴⁶, (31-12-2009), as acções estavam contadas a 5.340\$00 por título, significando um decréscimo em relação ao período homólogo de 556\$00 por título, aproximadamente 9,43%. Ainda podemos ler no mesmo relatório, não obstante o bom desempenho da SCT, SA, não se conseguiu justificar tal decréscimo. O quadro abaixo, nos mostra o teste que deveria ser feito:

Quadro 12: Teste imparidade Investimento Financeiro (31/12/2009)

Total Pelo Valor Mercado	Perda por imparidade	Valor Unitário 31 - 12- 2009	Total Pelo Valor Mercado	Perda por imparidade
$5 = 1 \times 4$	$6 = 5 - 3, \text{ se } (5 < 3); 0 \text{ Se } 5 > 3$	7	$8 = 1 \times 7$	$9 = 8 - 5, \text{ se } (8 < 5); 0 \text{ Se } 8 > 5$
14.716.416,00	-1.095.744,00	5.340	13.328.640,00	-1.387.776,00

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

O quadro nos mostra o teste que teria de ser realizado, tendo em conta a realização do teste inicial (1-01-2009). Assim, a 31-12-2009, fizemos um reforço da perda no valor de 1.387.776\$00. A essa data o saldo da conta 419 – Perdas por Imparidade Acumulada em Investimentos Financeiros – totalizaria 2.483.520\$00. A contabilização aplicável seria então:

Quadro 13: Lançamento do reforço da perda por imparidade em investimentos financeiros

Conta	Descrição	Debito	Credito
de 653	Perda Imparidade em investimentos financeiros	1.387.776,00	
a 419	Perdas por imparidade acumuladas		1.387.776,00
	H: Reforço da perda por imparidade em instrumentos financeiros pela cotação das acções		

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

⁴⁶ Dados extraídos do relatório e contas de 2009, da SCT, SA.

Podemos acrescentar que se a data de 31-12-2009 os sócios da Fonseca e Santos, Lda. tivesse que vender as acções pelo preço de mercado perderiam valor em relação a compra das acções.

4.6 Analise dos impactos financeiros decorrentes da Adopção do SNCRF

A adopção pela primeira vez exige que a empresa faça uma serie de operações susceptíveis originar alterações na posição financeira da empresa. No anexo nº 4 Podemos ver o balanço comparado entre 2007 a 2010 construída para efeitos de análise. Para efeitos de análise aos principais rácios, construímos o quadro seguinte, em que fizemos um resumo das principais rubricas.

Quadro 14: Resumo das rubricas para cálculo dos rácios

	Valores em mCVE			
	2007	2008	2009	2010
<i>Capitais Alheios</i>	164.863	260.202	261.183	283.527
<i>Capitais Próprios</i>	52.143	55.995	56.939	59.851
<i>Capitais Totais</i>	217.006	316.198	318.122	343.378
<i>Capitais Alheios a L/P</i>	0	0	18.939	15.283
<i>Activo Corrente</i>	124.953	174.066	169.644	190.937
<i>Passivo Corrente</i>	164.863	260.202	242.244	268.244

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

Da composição do quadro acima, consideramos os seguintes Rácios análise.

Quadro 15: Rácios da Posição financeira (histórico)

	2007	2008	2009	2010
<i>Autonomia Financeira = Capitais próprios / (Capitais Próprios + Passivo)</i>	24,03%	17,71%	17,90%	17,43%
<i>Endividamento = Capitais Alheios / Capitais Totais</i>	75,97%	82,29%	82,10%	82,57%
<i>Solvabilidade = Capital Proprio/Capital Alheio</i>	31,63%	21,52%	21,80%	21,11%
<i>Fundo Maneio = Activo Corrente - Passivo corrente</i>	-39.910	-86.136	-72.600	-77.307
<i>Liquidez geral</i>	75,79%	66,90%	70,03%	71,18%

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

Analisando a autonomia financeira⁴⁷, podemos ver que diminuiu ao longo dos anos, sendo que o activo passou a ser financiado por mais capitais alheios⁴⁸ em detrimento do capital próprio. Por consequente, a capacidade da empresa endividar-se aumentou. Devemos dizer que a empresa devera rever as suas políticas, visto que tem um passivo extremamente grande. Não obstante do valor do capital próprio estar acima dos 50.000 contos, há um certo perigo em termos de exigibilidade, visto a grandeza do passivo.

A capacidade da empresa solver⁴⁹ os seus compromissos a longo prazo diminuiu significativamente em 2008, mantendo constante nos dois anos seguintes.

Constatamos que a empresa está financeiramente desequilibrada. O fundo maneo⁵⁰ está permanentemente negativo⁵¹ e a liquidez geral que está abaixo dos 100%. Para que a empresa esteja em equilíbrio o seu fundo maneo teria de ser maior que zero a sua liquidez maior que 100%. Poderíamos fazer uma análise mais detalhada, onde utilizaríamos a análise funcional, mas não o fizemos pela complexidade de classificação das contas em termos de exigibilidade, um exemplo seria a classificação dos inventários, que no balanço contabilístico estão considerados como sendo Activo corrente, que em termos funcionais poderia ou não ser classificado como permanente, dependendo da sua exigibilidade (inventários estratégicos).

Podemos ainda constatar que com a adopção do SNCRF, não conseguimos detectar grandes variações dos principais rácios da estrutura financeira da empresa, não obstante de haver alguma rubrica que sofreu alguma alteração aquando da adopção do SNCRF.

⁴⁷ Este conceito representa a maior ou menor capacidade de uma empresa ou entidade fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus capitais próprios. A autonomia financeira mede-se através do quociente entre o valor dos seus capitais próprios e o valor do seu activo líquido num dado momento.

⁴⁸ É importante dizer que o maior passivo é para com os sócios e esta situação poderia resolver com uma conversão de passivos em instrumentos de capital.

⁴⁹ “ Solvabilidade significa verificar se a empresa tem activos que lhe possibilitam o pagamento das dívidas e responsabilidades assumidas para com terceiros.”

⁵⁰ Designa-se por **Fundo de maneo** a parte excedente do activo circulante que cobre o passivo circulante, ou seja, a parte dos activos fáceis de liquidar que cobre os passivos que exigem liquidação a curto prazo. É necessária a existência de um fundo de maneo, uma margem de segurança, para evitar rupturas de tesouraria.

⁵¹ Isto porque foi considerado como corrente a dívida para com os sócios. De facto este valor deveria ser considerado em não corrente.

Se a empresa tivesse que alterar a sua política contabilística, haveria alguma alteração significativa. As operações que haveriam de ocorrer seriam as seguintes:

- Mensuração da Propriedade de Investimentos, seguindo o modelo do justo valor;
- Teste de imparidade dos investimentos financeiros;
- Desreconhecimento da Perda por Imparidade de Inventários.

No anexo nº 5, temos um Balanço comparativo, onde contemplamos o balanço de 2008, o balanço de abertura, segundo as Demonstrações Financeira da F&S, Lda. e um balanço de abertura, seguindo as apreciações que fizemos. Decorrente do balanço mencionado, o quadro seguinte nos mostra a variação dos rácios, de acordo com a política adoptada:

Quadro 16: Rácios da posição financeira - efeitos da adopção

	2008	2009	2009
	Antes Reexp.	Abertura	Abert. C/Correcções
<i>Autonomia Financeira = Capitais próprios / (Capitais Próprios + Passivo)</i>	17,71%	17,56%	21,27%
<i>Endividamento = Capitais Alheios / Capitais Totais</i>	82,29%	82,44%	78,73%
<i>Solvabilidade = Capital Proprio/Capital Alheio</i>	21,52%	21,30%	27,02%
<i>Fundo Maneio = Activo Corrente - Passivo corrente</i>	-86.136	-63.804	-58.989
<i>Liquidez geral</i>	66,90%	73,47%	75,47%

Fonte: Elaboração própria - Base nas Demonstrações Financeiras da F&S, LDA

Podemos ver, que a capacidade da empresa se auto financiar, aumentaria significativamente, e consequentemente a capacidade de endividamento diminuiria.

A capacidade de honrar compromissos a médio e longo prazo aumentaria, e a curto prazo também aumentaria, sendo que haveria um aumento do fundo maneio consequentemente um aumento da liquidez geral, mesmo não sendo suficientes. Mas temos de frisar que passivo corrente é composto por uma dívida que a empresa tem com o sócio, e se essa dívida fosse transformado em instrumento de capital próprio, a situação reverteria completamente.

CONCLUSÕES

Considerações

A nova dinâmica económica vivida em Cabo Verde, traz consigo a necessidade de uma informação com mais qualidade e transparência. Essa necessidade conduziu à adopção de um novo normativo contabilístico (o SNCRF), com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2009. O Sistema é composto por instrumentos capazes de proporcionar aos utentes uma informação financeira de qualidade, com transparência e, acima de tudo, uma informação compatível com os padrões internacionalmente adoptados.

Consideramos que os objectivos propostos foram cumpridos, na medida que conseguimos analisar os principais aspectos da adopção pela primeira vez do normativo e os seus impactos na posição financeira das entidades.

O trabalho contribuiu muito para incrementar os conhecimentos em relação a adopção do SNCRF. Estamos esperançosos que presente trabalho, também irá contribuir no apoio aos preparadores da informação financeira, a quando da aplicação das normas, (principalmente em questões de conversão e sempre analisando o custo/benefício), no sentido de escolherem as melhores políticas, aquelas que, para além de melhor se adaptarem à realidade das empresas, ajudarão a incrementar a posição financeira das mesmas.

Em relação a empresa estudada, analisamos a forma como se processou a adopção das normas. Podemos destacar as seguintes considerações:

- A empresa preparou um Balanço de abertura, segundo o SNCRF, onde apresentou todos os activos, passivos e elementos do capital próprio de acordo com o SNCRF;
- O balanço inclui um ano comparativo, de acordo com as exigências, do Anexo II ao SNCRF;

- Não obstante ter a empresa apresentado um quadro⁵² onde mostra os valores reconhecidos e desreconhecidos, e ter apresentado o mapa de fluxos de caixa, não explicou no seu anexo como é que a adopção pela primeira vez do SNCRF afectou a posição financeira da empresa, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relatadas, como prevê o § 11 do anexo II ao SNCRF. Não fez as reconciliações do capital próprio relatando o normativo anterior e o capital próprio segundo o SNCRF⁵³;
- Constatamos que houve reversão da imparidade das dívidas de clientes, constituídas em períodos anteriores a 2009, no entanto a empresa não apresentou as respectivas divulgações conforme exigências do NFR 13 – Imparidade de activos;
- A empresa não apresentou o fluxo de caixa segundo o normativo anterior, pelo que não houve necessidade de explicar qualquer ajustamento feito em matéria de fluxo de caixa;

No estudo do caso, propriamente dito, conseguimos demonstrar a variação da posição financeira da empresa, através da análise pelo método dos rácios, o que permitiu-nos demonstrar que uma alteração das políticas contabilísticas (prescritas na NRF) faz variar a posição financeira da empresa estudada.

Recomendações

Entendemos que a Fonseca & Santos, Lda., deveria rever as suas políticas de contabilização de certos Activos Fixos. Entendemos recomendar que:

- Se proceda a revalorização do edifício, de forma que o AFT seja mensurado pelo método de revalorização e a PI, seja mensurado pelo seu justo valor, visto que se essa politica for alterada a sua posição financeira alterará significativamente.

⁵² Quadro 4.

⁵³ Não obstante dela apresentar no anexo as demonstrações financeira de 2010 o Mapa das Variações do Capital Próprio.

Note-se que do estudo (encomendado por nós) feito por um técnico especializado na matéria se concluiu que o edifício está subavaliado;

- De acordo com a NRF 16 – Instrumentos Financeiros, a empresa proceda à mensuração da participação que tem na SCT, SA, pelo justo valor, não obstante dessa contabilização resultar um decréscimo dos capitais próprios da empresa, já que o valor das cotações das acções da SCT, SA a 31/12/2008 estava mais baixo, comparado com o valor da sua aquisição;
- Se reverta o valor da imparidade dos inventários, já que a forma como foi reconhecida não está de acordo com a NRF 17 – Imparidade de activos (constituído com base em critérios fiscais);

Limitações da investigação

Devemos dizer que a bibliografia aqui apresentada para o estudo do SNCRF é parca, em virtude de só dispormos de uma única bibliografia específica para o SNCRF, não obstante existirem disponíveis bibliografias de outras realidades, como é o caso da Portuguesa, por exemplo, que se adapta perfeitamente a nossa realidade, visto que não se afastar das premissas básicas do nosso sistema.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- Almeida, M. d., & Albuquerque, F. d. (2009). *A Adopção pela primeira vez do Novo Normativo (SNC) - Vol 1*. Lisboa: Chaves Ferreira - Publicações, SA.
- Almeida, R. M., & Barros, A. F. (2009). *O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro*. AFT - Edições Técnicas.
- Almeida, R. M., Almeida, M. d., Dias, A. I., Albuquerque, F. d., Carvalho, F., & Pinheiro, P. (2010). *SNC - Casos Práticos e Exercícios Resolvidos Vol 2*. AFT - Edições Técnicas.
- Borges, A., Rodrigues, J. A., Rodrigues, J. M., & Rodrigues, R. (2007). *As Novas Demonstrações Financeiras*. Lisboa: Áreas Editora.
- Costa, C. B., & Alves, G. C. (2001). *Contabilidade Financeira*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Fonseca & Santos, L. (2010). *Relatório e Contas - 2009*. Mindelo.
- Neves, J. C. (2001). *Análise Financeira Vol. 1 - Técnicas Fundamentais*. Lisboa: Texto Editora.
- Rodrigues, J. A. (2002). *Práticas de consolidação de Contas*. Lisboa: Áreas Editora.
- Rodrigues, J. (2010). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto: Porto Editora.
- Sá, A. L. (1998). *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade*. Lisboa: Vislis Editores.
- Schramm, W. (1971). *Notes on case studies for instructional media projects*. Washington, DC: Working paper, the Academy for Education Development.
- Silva, A. C. (2008). *Metodologia da Pesquisa aplicada a Contabilidade*. São Paulo: Editora Atlas, SA.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos (trad. Daniel Grassi)*. Porto Alegre: Bookman.

SITES

Finacial Accounting Standards Board. (s.d.). Obtido em 20 de Abril de 2011, de Finacial Accounting Standards Board: <http://www.fasb.org/>

MEID. (s.d.). Obtido em 10 de Abril de 2010, de Ministério da Economia da Inovação e do Desenvolvimento: <http://www.min-economia.pt>

OPACC. (s.d.). Obtido em 20 de Abril de 2010, de Ordem dos Profissionais de Auditores e Contabilistas Certificados: www.oppac.cv

OBRAS OFICIAIS, LEGISLAÇÃO

Cabo Verde, Assembleia Nacional (2008). Decreto – Lei nº 5/2008. *Adopção do SNCRF*, de 4 de Fevereiro 2008.

Cabo Verde, Assembleia Nacional (2008). Decreto – Lei nº 48, 3º SUP., de 29 de Dezembro 2008.

Cabo Verde, Assembleia Nacional (2008). Decreto – Lei nº 17, *Definição das Pequenas empresas*, de 26 de Maio de 2010.

Cabo Verde, Assembleia Nacional (2008). Decreto-Lei nº 4/84 de 30 de Janeiro, *Plano Nacional de Contabilidade*.

MANUAIS

Cipriano, J.A.S. (2009). Sebenta do curso on-line. “*SNC – Adopção pela primavera vez das NCRF*”

ANEXOS

Anexo 1 – Lista das 25 NRF

Normas de Relato Financeiro (NRF)

NORMA DE RELATO FINANCEIRO		IAS CORRESPONDENTE	
1	Apresentação de Demonstrações Financeiras	IAS 1	
2	Demonstrações de Fluxo de Caixa	IAS 7	
3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	IAS 8	
4	Divulgações de Partes Relacionadas	IAS 24	
5	Acontecimentos após a data do Balanço	IAS 10	
6	Activos Intangíveis	IAS 38	
7	Activos Fixos Tangíveis	IAS 16	
8	Activos não Correntes detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	IFRS 5	
9	Locações	IAS 17	
10	Propriedades de Investimento	IAS 40	
11	Custo de Empréstimos Obtidos	IAS 23	
12	Agricultura	IAS 41	
13	Inventários	IAS 2	
14	Contratos de Construção	IAS 11	
15	Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	IAS 20	
16	Instrumentos Financeiros	IAS 32 39	IAS IFRS 7
17	Imparidade de Activos	IAS 36	
18	Rédito	IAS 18	
19	Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes	IAS 7	
20	Os Efeitos das Alterações em Taxas de Câmbio	IAS 21	
21	Benefícios dos Empregados	IAS 19	
22	Imposto sobre o Rendimento	IAS 12	
23	Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas	IAS 28	IAS 31
24	Concentrações das Actividades Empresariais	IFRS 3	
25	Investimentos em Subsidiárias e Consolidação	IAS 27	

Fonte: O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

Anexo 2 – Principais diferenças PNC e SNCRF

SNCRF		PNC	
Conta	Nome da Conta	Conta	Nome da Conta
1	Meios Financeiros	1	Meios Monetarios
11	Caixa	11	Caixa
12	Deposito à Ordem	12	Deposito à Ordem
13	Deposito à prazo	14	Deposito à prazo
14	Outros depositos Bancarios	----	----
15	Intrumentos Financeiros	----	----
2	Contas a Pagar e a Receber	2	Terceiros e Antecipações
21	Clientes	21	
22	Fornecedores	22	
23	Financiamentos obtidos	23	Empréstimos concedidos e obtidos
24	Estados e outros entes publicos	(Parte) 24	Sector Público estatal
25	Accionistas/socios	25	Sócios (ou accionistas) e Associadas
26	Outras Contas a receber e a pagar	26	Outros Devedores e Credores
27	Pessoal	----	----
28	Diferimentos	27	Despesas e Receiras Antecipadas
29	Provisões	29	Provisões para cobrança duvidosas e outros
		(Parte)	riscos e encargos
3	Inventarios e Activos Biologicos	3	Existencias
31	Activo Biologico	----	----
32	Mercadorias	32	Mercadorias
33	Produtos Acabados e Intermedios	311	Compras / Mercadorias
34	Subprodutos, desperdicios, residuos e refugos	33	Produtos Acabados e semiacabados
35	Produtos e trabalhos em curso	34	Subprodutos, desperdicios, residuos e refugos
		35	Produtos e trabalhos em curso
36	Matrias-primas, subsidiarias e de consumo	36	Materias-primas, subsidiarias e de consumo
37	Outros Produtos de consumo	312	Compras de Materias-Primas, subsidiarias e de
		----	consumo
		----	----
4	Investmentos	4	Imobilizações
41	Investimentos Financeiros	41	Investimentos Financeiros
42	Propriedades de Investimentos	----	----
43	Activo Fixo Tangiveis	42	Imobilizado Corporeo
44	Activo Intangiveis	48	Amortizações e Reintegrações Acumuladas
45	Investimentos e Curso	43	Imobilizado Incorporeo
45	Activos não Correntes detidos para venda	48	Amortizações e Reintegrações Acumuladas
		44	Imobilizações em curso
		----	(insidido na 41, 42, 43 ...)
5	Capital Proprio	5	Capital, Reservas e Resultados Transitados
51	Capital	51	Financiamento básico
52	Acções (quotas) próprias	52	Capital estatutario
53	Prestações Suplementares e outros intrumentos de capital proprio	54	Capital individual
54	Premios de emissão	413	Participações de capital na própria empresa
55	Ajustamentos em activos financeiros	53	Prestações suplementares
56	Excedentes de revalorização de activos fixos tangiveis e intangiveis	238	Empréstimos por obrigações
57	Outras variações no capital proprio	563	Premios de emissão
		----	----
58	Reservas	57	Reservas de reavaliações de imobilizações
		----	----
59	Resultados	55	Reservas Legais e estaturias
		56	Reservas especiais
		57	Reservas livres
		59	Resultados transitados
		88	Resultado Liquido
		89	Dividendos antecipados

6	Gastos	6	Custos por Natureza
61	Gastos com Inventarios vendidos e consumidos e variação de produção	61	Compras (ou custo das existencias consumidas e consumidas
62	Fornecimentos e Serviços externos	62	Subcontratos
63	Gasto com o Pessoal	811	Variação da produção
64	Gastos de depreciações e de amortizações	63	Fornecimentos e Serviços de terceiros
65	Perdas por Imparidade	67 (parte)	Outras despesas e encargos (parte)
66	Perdas por redução do justo valor	65	Despesas com o pessoal
67	Provisões do periodo	68	Amortizações e re integrações do exercicio
68	Outros gastos	68	Amortizações e re integrações do exercicio
69	Perdas de financiamentos	69	Provisões do exercicio
		824	Amortizações e re integrações do exercicio
		68	Amortizações e re integrações do exercicio
		694	Provisões para imobilizações financeiras
		69 (parte)	Provisões do exercicio (parte)
		824 (parte)	Reposições e anulações do exercicio (parte)
		825	Provisões para perdas extraordinarias
		64	Impostos
		67 (parte)	Outras despesas e encargos (parte)
		827/8287	Multas e outras penalidades legais e contratuais sofridas
		8284/8285	Menos valias e outras perdas em imobilizações corporeas
		821/822	Sinistros e alienações
		8286	Diferenças de cambio desfavoravies
		838x	Outras perdes imputaveis a exercicios anteriores
		66 (parte)	Despesas financeiras (parte)
7	Rendimentos	7	
71	Vendas	82xx	Ganhos Extraordinarios
72	Prestações de serviços	83xx	Ganhos do exercicio anterior
73	Trabalhos para a propria entidade	71	Vendas de mercadorias e produtos
74	Subsidios á exploração	72	Prestações de serviços
76	Reversões	73	Trabalhos para a propria empresa
77	Ganhos por aumentos de justo Valor	74	Subsidios destinados a exploração
78	Outros Rendimentos	824	Reposições e anulações de provisões
79	Ganhos de financiamentos	834	Excessos de Provisões tributadas
		835	Excessos de amortizações e re integrações
		----	----
		75	Receitas suplementares
		77	Receitas de aplicações financeiras
		82	Resultados extraordinarios do exercicios
			Gastos extraordinarios do exercicio
			Recuperação de creditos
			Ganhos em imobilizações corporeas e incorporeas
			Diferenças de cambio favoraveis
			Beneficios de penalidades contratuais
			Ganhos extraordinarios não expeticados
		76 (parte)	Receitas financeiras correntes (parte)
		77	Receitas de aplicações financeiras

Anexo 3 - Contabilização da Propriedade de investimento – método do justo valor em período subsequente.

Contabilização da Propriedade de Investimentos, seguindo o Modelo do Justo Valor

431 - AFT - Terrenos e Recursos Naturais			5611 Excedentes Revalorizações - antes dos impostos diferidos		
Si	9.306.750,00	20.675.996,00 2			14.947.655,00 1
1	11.369.246,00				
432 - AFT - Edifícios e Outras Construções			4382 - Amort. Acumul. - Edifícios		
Si	38.431.468,00	7.738.880,00 1	1	7.738.880,00	7.738.880,00 Si
1	3.578.409,00	34.270.997,00 2			
5612 Excedentes Revalorizações - Impostos diferidos			2642 Passivos por Imposto diferido		
1	3.736.914,00				3.736.914,00 1
421 - Propriedade Investimento - Terrenos			422 - Propriedade Investimento - Edifícios		
2	20.675.996,00		2	34.270.997,00	

1 Reconhecimento da diferença entre o justo valor e a quantia escriturada do imóvel objecto de reclassificação

2 Reclassificação do Imóvel reconhecido nos Activos fixos tangíveis para as propriedades de investimento

Anexo nº 4 - Balanço comparado de 2007 a 2010, para efeitos de análise (Expressa em contos)

	2007	2008	2009	2010
Activo				
Activo não corrente	92.053	142.131	148.478	152.441
Activos fixos tangíveis	71.468	121.576	94.204	99.704
<i>Terrenos e recursos naturais</i>	27.690	80.238	70.931	70.931
<i>Edifícios e outras construções</i>	39.392	37.642	18.015	21.714
<i>Equipamento básico</i>	1.036	966	826	822
<i>Equipamento de transporte</i>	2.351	1.976	3.281	5.577
<i>Equipamento administrativo</i>	999	643	802	369
<i>Outros activos fixos tangíveis</i>	0	111	348	291
Activos fixos intangíveis	4.773	4.743	0	0
Propriedade Investimento	0	0	38.462	36.925
<i>Terrenos e recursos naturais</i>	0	0	9.307	9.307
<i>Edifícios e outras construções</i>	0	0	29.155	27.618
Investimentos Financeiros	15.812	15.812	15.812	15.812
Activo corrente	124.953	174.066	169.644	190.937
Inventarios	41.130	55.356	63.951	67.335
Contas a receber	75.068	114.551	108.107	114.924
Deferimentos	0	0	0	50
Disponibilidades	8.756	4.160	-2.414	8.628
Total Activo	217.006	316.198	318.122	343.378
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio				
<i>Capital realizado</i>	5.000	5.000	5.000	5.000
<i>Reservas legais</i>	1.000	1.000	1.000	1.000
<i>Resultados transitados</i>	43.029	46.143	47.928	50.921
<i>Resultado líquido do período</i>	3.115	3.852	3.011	2.930
Total C. Próprio	52.143	55.995	56.939	59.851
Passivo				
Passivo não Corrente	0	0	18.939	15.283
Passivo Corrente	164.863	260.202	242.244	268.244
Total Passivo	164.863	260.202	261.183	283.527
Total C. Próprio + Passivo	217.006	316.198	318.122	343.378

Anexo nº 5 – Balanço análise do Impacto da adopção e com as correcções sugeridas.

	2008	2009	2009
	<i>Antes Reexp.</i>	<i>Abertura</i>	<i>Abert. C/Correcções</i>
Activo			
Activo não corrente	142.131	142.131	157.079
Activos fixos tangíveis	126.379	86.250	18.421
<i>Terrenos e recursos naturais</i>	80.238	70.931	3.102
<i>Edifícios e outras construções</i>	42.445	9.662	9.662
<i>Equipamento básico</i>	966	966	966
<i>Equipamento de transporte</i>	1.976	3.897	3.897
<i>Equipamento administrativo</i>	643	643	643
<i>Outros activos fixos tangíveis</i>	111	151	151
Activos fixos intangíveis	-60	70	70
Propriedade Investimento			
<i>Terrenos e recursos naturais</i>	0	9.307	88.505
<i>Edifícios e outras construções</i>	0	30.693	34.271
Investimentos Financeiros	15.812	15.812	15.812
Activo corrente	174.066	176.717	181.532
Inventarios	55.356	55.356	60.171
Contas a receber	114.551	117.201	117.201
Deferimentos	0	0	0
Disponibilidades	4.160	4.160	4.160
Total Activo	316.198	318.848	338.610
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
<i>Capital realizado</i>	5.000	5.000	5.000
<i>Reservas legais</i>	1.000	1.000	1.000
<i>Reserva para contingências</i>	0	0	11.211
<i>Resultados transitados</i>	46.143	49.995	54.811
<i>Resultado líquido do período</i>	3.852	0	0
Total C. Próprio	55.995	55.995	72.021
Passivo			
Passivo não Corrente	0	22.332	26.069
Passivo Corrente	260.202	240.520	240.520
Total Passivo	260.202	262.852	266.589
Total C. Próprio + Passivo	316.198	318.848	338.610

Anexo n.º 6 – Parecer do Técnico (Avaliação do Edifício).

AVALIAÇÃO PREDIAL

Generalidades

O documento em apreço atende à solicitação da **Sr. Adelino Fonseca** para a avaliação do prédio urbano localizado na cidade do Mindelo, Av. Baltazar Lopes da Silva, pertencente.

Importância da localização:

O prédio localiza-se numa das principais avenidas do centro comercial da cidade do Mindelo, S. Vicente, onde beneficia de todas as infraestruturas existentes.

Confrontações do prédio:

Norte : Rua
Sul : Edifício

Este : Rua
Oeste : Av. Baltazar Lopes da Silva

Geometria da planta.



Composição do prédio

Trata-se do rés-do-chão do prédio de quatro pisos mais o terraço.

Características da construção

As paredes interiores e exteriores são em alvenaria de blocos de betão com argamassa de cimento e areia. A estrutura porticada é constituída por pilares vigas de betão armado.

Compartimentação

Constituem o objecto da avaliação, ainda os seguintes patrimónios:

Parte do Terraço - Espaço aberto e reservatórios de água.

R/Chão - 3 espaços comerciais confrontando-se com a Av. Baltazar Lopes da Silva, mais um espaço comercial, espaço de escritórios e oficina, confrontando-se com a rua a leste.

Estado da construção

O prédio foi construído há aproximadamente 30 anos e considera-se que se encontra em bom estado de conservação.

Avaliação

IDADE DO PRÉDIO:	30 aprx.	Nº DE FOGOS				un
TIPOLOGIA DOS FOGOS:	Escritórios	ÁREA DE HABITAÇÃO	772			m2
		ÁREA (m2)	VALOR/M	VALOR		
TERRAÇO		743/4	185,8	15	2.786	CTS
HABITAÇÃO (3º A)						
HABITAÇÃO (2º A)						
HABITAÇÃO (1º A)						
HABITAÇÃO (R/CH)		772-29	743	45	33.435	CTS
Caixa de escadas		29/2	14,5	50	725	CTS
TERRENO/LOCALIZAÇÃO		772-29	743	30	22.290	CTS
TOTAL					59.236	CTS
VALORIZAÇÃO					2.962	CTS
PRESUMÍVEL VALOR DE TRANSAÇÃO					62.198	CTS

O prédio avalia-se em sessenta e dois milhões, cento e noventa e oito mil escudos.

DATA: Mindelo 01 de Janeiro de 2009

O Avaliador

Humberto do Rosário Lopes

Anexo n.6 – Formulário de Entrevista

Como surgiu a ideia da criação da vossa empresa e que aspectos marcaram a existência do mesmo?

Qual é a visão e missão que tem estabelecido para a empresa?

Como classificaria o seu negócio do ponto de vista de rentabilidade e sucesso?

Qual a sua opinião sobre o mercado?

Quais as técnicas de gestão/Estratégia que utiliza para o sucesso, que está traduzido nas Demonstrações Financeiras?

Qual a política de negocio que tem perante os seus clientes e fornecedores?

Que pontos fracos e fortes pode apontar no processo de gestão da sua empresa?

Acredita que um pouco de marketing ajudaria no fortalecimento do seu negócio?

Qual a vossa responsabilidade social perante o mercado?

Que projectos tem estabelecido para o futuro da empresa?